



PREFEITURA DE
ANÁPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS E INOVAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 041/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS
(989221)

**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL
AQUISIÇÃO DE ITENS ESPECÍFICOS PARA USO DO
SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE
URGÊNCIA) E 3º BBM (BATALHÃO BOMBEIRO MILITAR)
DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS**

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 555.066,78 (Quinhentos e cinquenta e cinco mil sessenta e seis reais e setenta e oito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

18/06/2026, às 09h00min (**horário de Brasília**)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA:

**PORTAL DE COMPRAS DO GOVERNO FEDERAL
WWW.COMPRASGOVERNAMENTAIS.GOV.BR**

<https://www.anapolis.go.gov.br/> E-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br
Centro de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia de Anápolis (CEITEC)
Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiáí, Anápolis - GO, 75110-030



Sumário

| | |
|---|----|
| PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 | 3 |
| 1. DO OBJETO | 3 |
| 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO | 3 |
| 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO | 5 |
| 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA | 7 |
| 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .. | 8 |
| 6. DA FASE DE JULGAMENTO | 10 |
| 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO | 12 |
| 8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | 13 |
| 9. DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO | 14 |
| 10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA | 17 |
| 11. DO REAJUSTE | 18 |
| 12. DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADO | 19 |
| 13. DO CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO | 20 |
| 14. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | 21 |
| 15. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS | 21 |
| 16. DOS RECURSOS | 22 |
| 17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES | 23 |
| 18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO | 26 |
| 19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS | 27 |

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026
(Processo Administrativo nº.01108.00003053/2024-41)

Torna-se público que a Prefeitura Municipal de Anápolis, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, com sede à Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiáí, Anápolis - GO, 75110-030, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº. 48.980, de 27 de abril de 2023, Decreto 52.132/2025 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ITENS ESPECÍFICOS DO SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA) E 3º BBM (BATALHÃO BOMBEIRO MILITAR) DO MUNICÍPIO DE ANÁPOLIS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Caso estabelecido no Termo de Referência, itens para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, será observado os termos do [art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#).
 - 2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

- 2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.
- 2.7. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - 2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
 - 2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
 - 2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - 2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
 - 2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 - 2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
 - 2.7.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
 - 2.7.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 2.7.11. Consórcio de empresas;
 - 2.7.11.1. A Lei de nº. 14.133/21, em seu art. 15, traz a possibilidade da participação de consórcios nas licitações promovidas, vinculando à Administração a escolha pela não admissão da participação de consórcios aos casos devidamente fundamentados. Dessa forma, para o objeto aqui pretendido, a participação de consórcio(s) de empresas resultaria em evidente restrição à competitividade e a economicidade buscadas, visto que a reunião de empresas, em tese, possibilitaria comportamentos negociais não isonômicos, eventualmente, com a formação de alianças/acordos para a manipulação ilegal de preços.

- 2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - 3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - 3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.10.3. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema
- 3.10.4. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valores unitário e total do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de estabelecido pelo Termo de Referência;

4.1.4.1. Quando não houver quantidade mínima a ser cotada, o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.3. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.7. O intervalo mínimo de diferença entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 5.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.9. O procedimento seguirá através do modo de disputa “ABERTO”, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - 5.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - 5.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - 5.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - 5.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - 5.9.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

- 5.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 5.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais, ou seja, não seguidas de lances;
- 5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 5.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.17.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Goiás;
- 5.17.2.2. empresas brasileiras;

- 5.17.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.18.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 5.18.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.18.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.18.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.19. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no **prazo de 4 (quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado, ou após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 5.19.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 6.1.1. SICAF;
- 6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 6.2. Poderá haver a substituição das consultas das alíneas acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
- 6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

- 6.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as disposições previstas neste edital e na legislação vigente.
- 6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos;
- 6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.7.1. contiver vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.7.6. Havendo indício de inexequibilidade, essa hipótese só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.7.6.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.7.6.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 6.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Para empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Para empresa estrangeira que não funcione no País, com fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

- 7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 04 (quatro) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#)):
- 7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, terá o prazo de 3 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração, conforme Artigo 10 do Decreto Municipal 52.132/2025.
- 8.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, prevalecendo o que ocorrer por último, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado por igual período, na forma de termo aditivo, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.
- 8.3. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.
- 8.4. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor.

8.5. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

8.6. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

8.7. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

8.8. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

8.9. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

8.10. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto deste edital em seu prazo de validade, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

9. DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 48.980/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização:

9.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

9.6. Em conformidade com o artigo 12 do Decreto Municipal nº 48.980/2023, cabe ao fiscal:

9.6.1. Prestar informações a respeito da execução dos serviços ou das entregas e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos à contratada;

9.6.2. Manter o controle das ordens de serviço/compras emitidas e cumpridas, quando cabível;

9.6.3. Conhecer as obrigações contratuais que afetem diretamente a fiscalização do contrato;

9.6.4. Zelar, no âmbito de sua área técnica de atuação, pelo fiel cumprimento dos contratos sob sua fiscalização;

9.6.5. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato e respectivas cláusulas contratuais;

9.6.6. Atestar formalmente a execução do objeto do contrato, atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes a sua prestação;

9.6.7. Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos ou serviços fornecidos pela contratada;

9.6.8. Propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;

9.6.9. Solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente à fiscalização do contrato;

9.6.10. Utilizar, se for o caso, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços;

9.6.11. Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

9.6.12. Apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto, ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada, e obter dele a ciência.

9.7. Em conformidade com o artigo 09 do decreto municipal nº 48.980/2023, cabe ao gestor:

9.7.1. Participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultem em contratações que ficarão sob sua responsabilidade;

9.7.2. Manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato;

9.7.3. Acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste;

9.7.4. Acompanhar o prazo de vigência do contrato;

- 9.7.5. Formalizar o recebimento definitivo de obras, bens, materiais ou serviços, mediante termo circunstanciado;
- 9.7.6. Solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato;
- 9.7.7. Emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do contrato, quando solicitado; 9.7.8. Orientar a contratada sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do contrato;
- 9.7.9. Solicitar à contratada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho;
- 9.7.10. Determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;
- 9.7.11. Relatar, por escrito, ao órgão competente, a inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer atrasos, defeitos ou prejuízos à execução da avença, em especial as que ensejem a aplicação de penalidades;
- 9.7.12. Comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos;
- 9.7.13. Solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos contratuais, observada a legislação pertinente;
- 9.7.14. Solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos da Administração, de acordo com suas competências;
- 9.7.15. Conferir o atesto do fiscal técnico e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;
- 9.7.16. Solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;
- 9.7.17. Solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 9.7.18. Executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;
- 9.7.19. Agendar e observar os prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade;
- 9.7.20. Comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;

9.7.21. Notificar formalmente à contratada sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no contrato;

9.7.22. Fundamentar, por escrito, todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;

9.7.23. Juntar todos os documentos obrigatórios à gestão do contrato nos devidos processos;

9.7.24. Instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão do contrato que não se enquadram no inciso anterior;

9.7.25. Elaborar relatório periódico, no mínimo ao término de cada período de vigência, dos atos, fatos e avaliações da qualidade dos serviços, relativos à gestão dos contratos de execução parcelada ou diferida, ou de prestação continuada.

9.7.26. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes condições:

I - o registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata de registro de preços, nas hipóteses previstas no § 5º nos incisos II, IV e V do art. 18, no inciso III do art. 19, e no art. 24, do Decreto Municipal 52.132/2025;

II - se houver mais de um licitante, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

III - a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

IV - dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

- 10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 10.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 10.4. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 10.5. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.
- 10.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 10.7. A recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços, inclusive de engenharia, com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei e no edital da licitação.
- 10.8. A recusa injustificada em assinar a ata de registro de preços, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de sanções administrativas.
- 10.9. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11. DO REAJUSTE

- 11.1. O reajuste dos valores contratados contrato/ata de registro observará o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data do orçamento estimado, assim considerada a data de conclusão da apuração do valor estimado da contratação, nos termos do art. 76 do Decreto Municipal nº 49.980/2023.
- a) Será utilizada, como regra geral, a variação do índice IPCA/IBGE para fins de correção dos valores contratados. Poderão ser definidos outros índices oficiais setoriais, de acordo com a natureza dos insumos envolvidos na prestação do serviço, conforme previsão do art. 25, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

b) A aplicação do reajuste será formalizada por meio de termo aditivo/apostilamento, mediante requerimento da contratada, acompanhado da justificativa técnica e comprovação da variação dos custos, em consonância com a legislação municipal vigente.

12. DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADO

12.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no inciso IV do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

12.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas.

12.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

12.5. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

12.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação, que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata de registro de preços, e desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
- II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
- III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

12.7. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

12.8. Se não houver prova efetiva da desatualização e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no edital.

12.9. Na hipótese do cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

12.10. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

12.11. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço revisado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de sanções administrativas.

12.12. Liberado o fornecedor na forma do 13.11 o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço revisado.

12.13. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata de registro de preços primeiramente no valor ofertado por estes e, caso não haja êxito na negociação, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, nos termos do instrumento convocatório.

12.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO

13.1. Conforme artigos 18 a 20 do Decreto Municipal 52.132/2025, o registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

III - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

IV - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

V - sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021; ou

VI - não aceitar o preço revisado pela Administração.

13.2. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

II - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; ou

III - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

13.3. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

13.4. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

14. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Conforme artigo 21 do Decreto Municipal 52.132/2025, as quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

14.2. O remanejamento somente será feito:

I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

14.3. Se o órgão gerenciador tiver estimado as quantidades que pretende contratar, este será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o caput deste artigo.

14.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 27 do Decreto Municipal 52.132/2025.

14.5. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

14.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades do Município de Anápolis e órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens

15. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos (art. 27, do Decreto Municipal nº 52.132/2025):

15.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

15.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, observados os dispositivos constantes no Anexo V - Pesquisa de Preços do Decreto Municipal nº 48.980/2023 ou norma que venha a substituí-lo;

15.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

15.1.4. possibilidade de adesão prevista no edital.

15.2. É dispensável a realização prévia de pesquisa de mercado para adesão a atas de registro de preços do Município de Anápolis por órgão ou entidade da Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Município de Anápolis, na qualidade de não participante, salvo quando se tratar do disposto no § 4º do art. 10 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

15.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

- 15.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 15.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 15.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 15.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

Dos limites para as adesões

- 15.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes. § 2º do art. 27 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.
- 15.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, § 3º do art. 27 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.
- 15.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 15.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, nos termos do § 8º do art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.
- 15.11. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística, nos termos do § 9º do art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025..

16. DOS RECURSOS

- 16.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 16.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 16.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 16.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

16.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

16.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

16.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

16.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

16.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

16.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital e seus anexos, a Prefeitura Municipal de Anápolis, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições contidas no Anexo VII do **Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023**.

17.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, gradativamente, as seguintes sanções:

17.2.1. advertência;

17.2.2. multa;

17.2.3. impedimento de licitar e contratar;

17.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

17.3. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

17.3.1. descumprimento, de pequena relevância de obrigação legal ou infração a lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; ou

17.3.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

17.4. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.

17.5. A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, observado o seguinte:

17.5.1. a aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa; e

17.5.2. a aplicação de multa moratória não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

17.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.7. A multa poderá, na forma do edital, contrato ou de outro instrumento obrigacional, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração pública municipal.

17.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital, em contrato ou em outro instrumento obrigacional.

17.9. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções aqui previstas.

17.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

17.10.1. der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.10.2. der causa à inexecução total do contrato;

17.10.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

17.10.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

17.10.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

17.10.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

17.11. Considera-se inexecução total do contrato:

17.11.1. recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e

17.11.2. recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

17.12. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

17.12.1. será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

17.12.2. a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade competente;

17.12.3. rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

17.12.4. preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III do § 2º poderá ser concedido prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

17.13. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.14. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

17.14.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

17.14.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.14.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer espécie ou natureza;

17.14.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

17.14.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.15. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral e Auditoria do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

17.16. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.17. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

17.18. Não se aplica a regra acima prevista se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

17.19. As incidências aqui dispostas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.

17.20. A cominação das penalidades de multa incidirá conforme as gravidades dos fatos e circunstâncias verificadas, e nos seguintes índices:

17.20.1. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.

17.20.2. Multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.

17.20.3. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato.

17.21. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral e Auditoria do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

17.22. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.23. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

17.24. Não se aplica a regra acima prevista se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

17.25. As incidências aqui dispostas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.

17.26. A cominação das penalidades de multa incidirá conforme as gravidades dos fatos e circunstâncias verificadas, e nos seguintes índices:

17.26.1. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.

17.26.2. Multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.

17.26.3. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato.

17.27. Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

17.28. Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas.

17.29. Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração.

17.30. Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

17.31. As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a Prefeitura Municipal de Anápolis, rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

17.32. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Prefeitura Municipal de Anápolis, de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

18.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

- 18.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacao@anapolis.go.gov.br.
- 18.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 18.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 18.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://acessoainformacao.anapolis.go.gov.br/>.
- 19.11. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Catálogo de Materiais (CATMAT/CATSER) e as especificações constantes no Edital, prevalecerão as especificações do ANEXO I, Termo de Referência.
- 19.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 19.12.1 Anexo I - Termo de Referência;
 - 19.12.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
 - 19.12.2 Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;



PREFEITURA DE
ANÁPOLIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO DE PESSOAS E INOVAÇÃO
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Anápolis , 29 de maio de 2026.

Arthur Filipe de Oliveira Silva

Gerente de Elaboração de Editais e Análise de
Instrução Processual

Denise Gabriela Dias Gomes

Agente de Contratação

Giselle Alves Cecílio

Diretora de Compras e Licitações

Paulo Roberto Silva

Secretário de Administração, Gestão de Pessoas e
Inovação

TERMO DE REFERÊNCIA**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de itens específicos destinados ao SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) e ao 3º BBM (3º Batalhão Bombeiro Militar), visando garantir a continuidade dos serviços prestados e o atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.
- 1.2. A contratação mostra-se necessária para suprir a demanda da Administração Pública, assegurando o regular funcionamento das atividades desenvolvidas pelo SAMU e pelo 3º BBM, especialmente no atendimento de urgência e emergência.
- 1.3. As quantidades estimadas foram definidas com base no consumo histórico apurado nos últimos 12 (doze) meses, bem como nas projeções de utilização durante a vigência da futura contratação, observando-se a necessidade efetiva da Administração. A estimativa realizada busca compatibilizar as aquisições com o efetivo consumo dos materiais, evitando desperdícios, aquisições excessivas e formação desnecessária de estoque, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento da contratação pública.

| ESTIMATIVA DE CONSUMO RELATIVA - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPECÍFICOS DO SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA) | | | | | | |
|--|---------|--|------|---------|----------------|--------------|
| ITEM | CAT/MAT | DESCRIÇÃO | QTDE | UNIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| 1. | 621679 | AVENTAL PARA PROTEÇÃO DO TRONCO contra riscos de origem química e umidade proveniente de operações com água, confeccionado em lâmina de policloreto de vinila (PVC), cristal, impermeável a líquidos corrosivos. Modelo frontal, com tiras de fixação ajustáveis no pescoço e na cintura. deverá atender os requisitos mínimos de desempenho descritos nas normas ISO 16602;2007 e BS 3546;1974 e outras que se apliquem. dimensões aproximadas: 1,20 m de comprimento por 0,70 m de largura. | 44 | UND | R\$ 63,27 | R\$ 2.783,88 |
| 2. | 632855 | BANDAGEM TRIANGULAR DESCARTÁVEL 1,00 x 1,00 x 1,40 metros. Confeccionada em 100% algodão, sem tinturas ou tingimentos, com acabamento em 'overloque' nas bordas. Isenta de substâncias alergênicas ou nocivas à saúde. Alvejada, absorvente, com acabamento perfeito sem rebarbas, resistente, isenta de impurezas, emendas, falhas, furos, manchas ou qualquer outro defeito prejudicial ao seu uso. Medidas aproximadas 1,0 m x 1,0 m x 1,40 m, com variação (5%+-). Registro na ANVISA. | 480 | UND | R\$ 16,26 | R\$ 7.804,80 |

| | | | | | | |
|----|--------|--|----|-----|------------|---------------|
| 3. | 633108 | <p>BOLSA DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TIPO APH SAMU</p> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada em tecido tipo amalfi 300/900, nylon 70, manta hidrorrepelente e térmica ou materiais com especificações superiores. Dimensões aproximadas 66cm x 43cm x 24cm (comprimento x largura x altura); Deve possuir logotipo do SAMU na parte frontal; Impermeável; Deve possuir faixa refletiva; Deve ter divisórias internas removíveis, fixadas apenas com botões de pressão; Deve possuir cintas elásticas para fixação de materiais de resgate; Deve possuir bolso com tela com abertura por zíper; Deve possuir 1 bolso principal (zíper com 2 cursores), 1 bolso frontal, 1 bolso posterior e 2 bolsos laterais; Deve possuir costura dupla; Deve possuir alça de ombro com regulagem e outra para as mãos; Deve possuir 4 pés protetores; Deve vir na cor vermelha. | 80 | UND | R\$ 376,48 | R\$ 30.118,40 |
| 4. | 601572 | <p>BOLSA VERMELHA GRANDE BOLSA MOCHILA MEDICAMENTOS – TIPO SAMU</p> <p>Características:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Confeccionada em tecido nylon 600, nylon 70, manta hidrorrepelente e térmica ou materiais com especificações superiores. Com costura dupla. - Dimensões aproximadas 40cm x 25cm x 40cm (comprimento x largura x altura) - Deve possuir logotipo a ser definida pelo órgão na parte frontal - Deve possuir no mínimo 1 bolso principal - Deve possuir na parte interna no mínimo 27 compartimentos em plástico transparente com fechamento em velcro e divididos em no mínimo 3 cartelas removíveis. - Deve possuir no mínimo 1 bolso interno com zíper - Deve possuir alças tipo mochila e outra para as mãos - Deve possuir faixa refletiva | 30 | UND | R\$ 286,48 | R\$ 8.594,40 |
| 5. | 601573 | <p>BOLSA VERMELHA GRANDE TIPO MOCHILA, TIPO SAMU/CBM</p> <p>confeccionada em tecido do tipo cordura, nas dimensões mínimas de 30 cm x 60 cm x 30 cm de altura, com abertura na parte superior em material do tipo zíper plástico resistente, com alças que passem por baixo do corpo da bolsa para aumentar sua resistência e com o logotipo a ser definida pelo órgão demandante conforme manual de aplicação, sobre a tampa superior da, com 2 repartições com bolsos e velcros de fixação, na cor vermelha</p> | 42 | UND | R\$ 86,67 | R\$ 3.640,14 |

| | | | | | | |
|-----|--------|--|-----|-----|-----------|--------------|
| 6. | 398972 | BOTA Bota segurança, material borracha, material sola borracha antiderrapante, cor preta, tipo cano longo tamanho 36. Material do CanoPolicloruro de Vinila (PVC) ou Composto emborrachadoMaterial do SoladoBorracha antiderrapante / PVC reforçado com massa nitrílica | 2 | PAR | R\$ 87,50 | R\$ 175,00 |
| 7. | 265002 | BOTA DE SEGURANÇA Bota segurança, material borracha, material sola borracha antiderrapante, cor preta, tipo cano longo tamanho 38. Material do CanoPolicloruro de Vinila (PVC) ou Composto emborrachadoMaterial do SoladoBorracha antiderrapante / PVC reforçado com massa nitrílica | 2 | PAR | R\$ 87,50 | R\$ 175,00 |
| 8. | 265007 | BOTA DE SEGURANÇA Bota segurança, material borracha, material sola borracha antiderrapante, cor preta, tipo cano longo tamanho 40. Material do CanoPolicloruro de Vinila (PVC) ou Composto emborrachadoMaterial do SoladoBorracha antiderrapante / PVC reforçado com massa nitrílica | 5 | PAR | R\$ 87,50 | R\$ 437,50 |
| 9. | 265004 | BOTA DE SEGURANÇA Bota segurança, material borracha, material sola borracha antiderrapante, cor preta, tipo cano longo tamanho 42. Material do CanoPolicloruro de Vinila (PVC) ou Composto emborrachadoMaterial do SoladoBorracha antiderrapante / PVC reforçado com massa nitrílica | 15 | PAR | R\$ 87,50 | R\$ 1.312,50 |
| 10. | 335011 | BOTA DE SEGURANÇA Bota segurança, material borracha, material sola borracha antiderrapante, cor preta, tipo cano longo tamanho 44. Material do CanoPolicloruro de Vinila (PVC) ou Composto emborrachadoMaterial do SoladoBorracha antiderrapante / PVC reforçado com massa nitrílica | 15 | PAR | R\$ 87,50 | R\$ 1.312,50 |
| 11. | 399248 | CAPA DE CHUVA CAPA DE CHUVA COM CAPUZ , confeccionada em PVC na Cor amarela, com abertura frontal através de botões de pressão. Costura através de solda eletrônica. Forrada com trama de poliéster. Tamanhos: - Tamanho M com medidas aproximadas - Comprimento: 95 cm, Largura: 50 cm, Manga: 65 cm: 50 unidades - Tamanho G com medidas aproximadas - Comprimento: 100 cm, Largura: 65 cm, Manga: 72 cm: 50 unidades | 100 | UND | R\$ 47,33 | R\$ 4.733,00 |

| | | | | | | |
|-----|--------|---|-----|-----|------------|---------------|
| 12. | 630227 | CAPACETE DE SEGURANÇA , modelo aba frontal com jugular, classe B. especificações: cores diversas, cinta com absorvedor de suor, material de polietileno. Padrão ABNT NBR 8221, carneira com 04 pontos e ajustável com catraca giratória, revestimento em espuma, sem protetor auditivo. Cor azul escuro. Com certificado de aprovação expedido pelo ministério do trabalho e emprego na situação de validade | 30 | UND | R\$ 66,51 | R\$ 1.995,30 |
| 13. | 447065 | CLAMP UMBILICAL DESC CLAMP UMBILICAL , descartável, sistema tipo pinça em “V” com vedação definitiva, em PVC atóxico, estéril. Embalagem individual. Validade mínima de 36 meses a partir da data de entrega. | 100 | UND | R\$ 1,20 | R\$ 120,00 |
| 14. | 455921 | COLAR CERVICAL AJUSTÁVEL 4 x 1 Adulto, com sistema de fechamento unidirecional, não precisando ser ajustado fora da vítima. Quatro posições de anel ajustável. Quatro tamanhos em um. Dispositivo integrado para faixas de velcro. Dois mecanismos de extensão para facilitar a adaptação a qualquer paciente adulto. Travas automáticas para assegurar o tamanho selecionado. Trilhas de ajuste para assegurar o alinhamento simétrico do tamanho. Ótima avaliação visual. Abertura traqueal grande para ter fácil acesso para verificação dos pulsos, procedimentos de vias respiratórias e visualização através do orifício superdimensionado na traquéia. Fácil acesso a técnicas avançadas de vias aéreas, com engates para fixação da máscara de O2. Abertura do painel traseiro para apalpação cervical | 300 | UND | R\$ 129,66 | R\$ 38.898,00 |

| | | | | | | |
|-----|--------|--|----|-----|------------|---------------|
| 15. | 455922 | <p>COLAR CERVICAL AJUSTÁVEL 4 x 1</p> <p>Pediátrico; colar facilmente ajustável e montado por inteiro, com sistema de fechamento unidirecional, não precisando ser ajustado fora da vítima. Maior dimensionamento para se ajustar a pacientes pediátricos. Dispositivo de fixação integrado a faixa de velcro para melhorar o desempenho em várias condições ambientais. Design aperfeiçoado para satisfazer as características anatômicas específicas da criança. Deve ser revestido de espuma macia tipo EVA (etilvinilcetato) especial. Fecho com velcro de 50mm em um dos lados. Regulagem da altura através de um sistema duplo de trilhos nas duas laterais da parte anterior do colar, com fixação através de botão com encaixe sob pressão. Ótima avaliação visual. Aberturas traqueais e do painel traseiro superdimensionado para supervisão avançada das vias aéreas e avaliação progressiva da coluna cervical. Transparente a radiação, compatível a varredura por ressonância magnética e tomografia computadorizada. Travas para assegurar o tamanho selecionado</p> | 92 | UND | R\$ 122,69 | R\$ 11.287,48 |
| 16. | 455923 | <p>COLAR CERVICAL COLAR CERVICAL NEONATAL: colar cervical de polietileno de alta densidade, com espessura mínima de 1,5mm, permitindo uma maior resistência e apoio. Revestido de espuma tipo E.V.A. (etil vinil acetato), especial, virgem sem resíduos de chumbo; botões fabricados com material plástico resistente, permitindo a rádio transparência para raio x; apresenta na parte posterior 02 aberturas para palpação da nuca e na parte anterior abertura para verificação do pulso carotídeo e acesso a traquéia. Tamanho neonatal.</p> | 36 | UND | R\$ 68,62 | R\$ 2.470,32 |
| 17. | 614749 | <p>COLCHAO PARA CAMA HOSPITALAR COLCHÃO HOSPITALAR PARA MACA DO SAMU/CBM deve apresentar forro impermeável e lavável, com espuma em 100% poliuretano e com densidade mínima de 33; possuir capa confeccionada em courvim (napa), na cor verde bandeira, que deve conter silk scren, com dimensões mínimas de 20x 30 cm, está presente nos dois lados do colchão e possuir o nome do município “Anápolis-go”, abaixo do nome do órgão demandante. deve apresentar as seguintes dimensões, podendo ter variação +- 10%: comprimento de 1820 mm; largura de 480 mm e espessura de 60 mm. o produto deve ser resistente aos processos de higienização, no mínimo, com o uso de hipoclorito a 1%.</p> | 50 | UND | R\$ 238,66 | R\$ 11.933,00 |

| | | | | | | |
|-----|--------|---|----|------|------------|---------------|
| 18. | 441520 | CONE PARA SINALIZAÇÃO DE TRÁFEGO: confeccionado em borracha (flexível), inquebrável, resistente às intempéries, altura de 75 cm e peso entre 3kg a 4kg; deve ser constituído de uma única peça; deve possuir flexibilidade tal que, quando finaliza da a aplicação de um esforço, volte à forma primitiva sem apresentar ruptura e deformações permanentes; a deformação elástica deve ser reversível e desaparecer quando a tensão for removida; deve ser predominantemente laranja com duas faixas retro-refletivas, auto-adesivas, flexíveis, brancas com 10cm de largura cada. as faixas retro-refletivas devem ter refletividade; as especificações dos materiais do cone devem atender às exigências contidas na nbr 15071 | 68 | UND | R\$ 96,28 | R\$ 6.547,04 |
| 19. | 453771 | PAS DESCARTAVEIS ADULTO PARA DESFIBRILADOR LIFEPAK CONJUNTO DE PÁS ADESIVAS DESCARTÁVEIS PARA DEA INSTRAMED MODELO I.ON LED. Conjunto contendo 2 pás adesivas descartáveis, originais, tamanho adulto, para desfibrilador externo automático (DEA) e compatíveis com o equipamento DEA I.ON LED (marca INSTRAMED). | 30 | CONJ | R\$ 769,67 | R\$ 23.090,10 |
| 20. | 453772 | CONJUNTO DE PÁS ADESIVAS DESCARTÁVEIS PARA DEA INSTRAMED MODELO I.ON LED. Conjunto contendo 2 pás adesivas descartáveis, originais, tamanho infantil, para desfibrilador externo automático (DEA) e compatíveis com o equipamento DEA I.ON LED (marca INSTRAMED). | 10 | CONJ | R\$ 908,47 | R\$ 9.084,70 |
| 21. | 605290 | DISPOSITIVO AUTOMÁTICO DE PUNÇÃO INTRA-OSSEA ADULTO DISPOSITIVO PARA PUNÇÃO INTRA-ÓSSEA ADULTO, características mínimas: indicado para acesso intra-ósseo quando um acesso venoso não é possível em situações de emergência. Regulagem de profundidade para uso adulto (0.5 a 2,5 cm) ou por região de interesse (tíbia, maléolo, úmero), tamanho: tamanho adulto: agulha hipodérmica 15g com trocater para acesso rápido. Registro na ANVISA. Validade de pelo menos 3 anos no momento da entrega | 50 | UND | R\$ 997,31 | R\$ 49.865,50 |

| | | | | | | |
|-----|--------|--|-----|-----|------------|---------------|
| 22. | 611083 | DISPOSITIVO AUTOMÁTICO DE PUNÇÃO INTRA-OSSEA INFANTIL DISPOSITIVO PARA PUNÇÃO INTRA-ÓSSEA INFANTIL , características mínimas: indicado para acesso intra-ósseo quando um acesso venoso não é possível em situações de emergência. Regulagem de profundidade para uso infantil (0,5 a 1,5 cm) ou por região de interesse (tíbia, maléolo, úmero), tamanho: tamanho adulto: agulha hipodérmica 18g com trocater para acesso rápido. Registro na ANVISA. Validade de pelo menos 3 anos no momento da entrega | 30 | UND | R\$ 976,67 | R\$ 29.300,10 |
| 23. | 438928 | ESTETOSCOPIO BIAURICULAR , auscultador duplo adulto e infantil, fabricado em aço inox, com diafragma de epóxi ou fibra de vidro, ou material de qualidade superior, permitindo auscultar sons de frequências baixas e altas, devendo ser resistente e ajustável em ambos os lados, de alta sensibilidade acústica. com olivas de selamento suaves e vedação acústica, substituíveis e em material resistente com acabamento sem rebarbas. Registro na ANVISA. | 40 | UND | R\$ 182,33 | R\$ 7.293,20 |
| 24 | 607827 | FIO GUIA DESCARTÁVEL - ADULTO FIO GUIA DE INTUBAÇÃO TAMANHO ADULTO , em aço inoxidável com marcas de posicionamento que correspondem às extremidades do cateter. Comprimento aproximado de 45mm. Autoclavável Embalado individualmente. Com registro na ANVISA/MS. | 100 | UND | R\$ 35,31 | R\$ 3.531,00 |
| 25. | 452991 | FIO GUIA DESCARTAVEL FIO GUIA DE INTUBAÇÃO TAMANHO INFANTIL , em aço inoxidável com marcas de posicionamento que correspondem às extremidades do cateter. Comprimento aproximado de 30mm. Autoclavável Embalado individualmente. Com registro na ANVISA/MS. | 50 | UND | R\$ 33,84 | R\$ 1.692,00 |
| 26. | 354650 | FITA DE SINALIZAÇÃO ZEBRADA. Fita sinalização, material plástico comprimento 185 m, largura 70 mm, cor preta e amarela, aplicação sinalização de advertência, características adicionais formato em cores diagonal, zebra | 62 | UND | R\$ 31,04 | R\$ 1.924,48 |
| 27. | 485742 | FITA TUBULAR DE 25MM. Fita tubular de 25mm, fabricada em poliéster de alta tenacidade, resistência de aproximadamente 22 kn, qualquer cor, comprimento 10m | 34 | UND | R\$ 31,67 | R\$ 1.076,78 |

| | | | | | | |
|-----|--------|--|-----|-----|--------------|---------------|
| 28. | 478319 | IMOBILIZADOR DE CABEÇA E PESCOÇO da vítima de possíveis traumas na região cervical para transporte em prancha longa, constituído de 5 peças, sendo duas para as laterais da cabeça, uma base para ser fixada à prancha, um tirante para testa e um tirante para o queixo. Confeccionados em etil vinil acetato expandido reticulado com células fechadas, na cor amarela, com densidade mínima de 30 e máxima de 40, revestido com 3 camadas de resina que torna a peça impermeável, lavável e resistente. medidas: peça lateral da cabeça: 240 mm de comprimento x 130 mm de altura x 70 mm de largura. base: 400 mm de comprimento x 250 mm de altura x 9mm de espessura, sendo que na região central tem um acolchoado de 100 x 250 x 9 mm que serve para apoiar a cabeça. tirante da testa: 850 mm x 30 mm, tirante do queixo: 820 mm x 30 mm. | 104 | UND | R\$ 129,45 | R\$ 13.462,80 |
| 29. | 632736 | Kit desastre utilizado na triagem de vítimas e em situações de desastres. De acordo com os padrões internacionais, possuindo todos os itens conforme o protocolo utilizado mundialmente no atendimento a catástrofes. Deverá conter os seguintes itens: - Bolsa confeccionada em nylon com forração em nylon e dividida em compartimentos facilitando o manuseio dos itens. Possui alça de mão e alças costais para facilitar o transporte podendo também ser transportada como mochila. - 03 Coberturas para óbito; - 01 caixa de luva não cirúrgicas para procedimentos; - 01 rolo de fita zebra amarelo e preto; - 04 bandeirinhas nas cores vermelho, verde, amarelo, e preto; - 04 lonas nas cores vermelho, verde, amarelo e preto com ilhós niquelados nos 4 cantos, medindo cada uma 4m x 5m; - 01 lanterna confeccionada Plástico ABS recarregável Bi volt 110/220v com alcance de 300 metros, resistente a chuva e com iluminação ininterrupta de 20 horas; - 05 pranchetas para anotações; - 100 de cartões de triagem de vítimas; Utilizado para classificação das vítimas em processos de triagem. Os cartões são apresentados em cores padronizadas de acordo com a gravidade de cada vítima: vermelho, amarelo, verde ou preto; - 15 coletes para treinamento confeccionados em nylon nas cores vermelho, amarelo, azul, laranja e verde (sendo 3 de cada cor) | 14 | UND | R\$ 2.182,00 | R\$ 30.548,00 |

| | | | | | | |
|-----|--------|---|-----|-----|------------|---------------|
| 30. | 607427 | LANTERNA DE CABEÇA. Descrição: material lente de policarbonato; tipo de led: cree xml t6, ou maior potência; alcance mínimo de iluminação: 100m; bateria: 2 baterias de lítio recarregáveis inclusas (ou bateria de melhor qualidade); tempo de iluminação mínima ininterrupta: 10 horas (potência normal); carregador bivolt e cabo USB para carga incluso. Características: acessório para utilização como lanterna de cabeça. - funções de iluminação: alta - normal - SOS. -ajuste de foco. Ajuste de ângulo vertical de iluminação. Resistente a água no mínimo ipx3. Recarregável. Peso máximo: 0,400kg. A lanterna deve possuir alças elásticas ajustáveis para fixação na cabeça ou em capacetes de segurança. | 77 | UND | R\$ 273,19 | R\$ 21.035,63 |
| 31. | 607428 | LANTERNA RECARREGÁVEL 09 LEDS. Descrição: Lanterna recarregável, com 9 leds - brilho e durabilidade; Lanterna recarregável - rede elétrica; Econômica - não utiliza pilhas; Bivolt 110/220V; Interruptor de acendimento com 2 opções; Plugue de acordo com o padrão brasileiro; Refletores especiais que proporcionam melhor iluminação; Bateria recarregável de chumbo ácido, 4V selada, de longa duração, e capacidade de 400 mAh; Autonomia - aproximadamente 4 horas após carga completa. Garantia mínima de 06 meses. | 36 | UND | R\$ 74,92 | R\$ 2.697,12 |
| 32. | 603839 | LUVA DE COURO : Luva de couro vaqueta, modelo petroleira, com CA do MTE, confeccionada em vaqueira integral, com reforço na região palmar, acabamento do punho em viés, com elástico para ajuste do dorso, impermeabilidade química, resistente contra agentes abrasivos, corte, e rasgamento, material de alta qualidade, couro macio de alta mobilidade, com boa absorção de suor e design ergonômico. | 180 | PAR | R\$ 37,50 | R\$ 6.750,00 |
| 33. | 375710 | LUVA DE SEGURANÇA , confeccionada em borracha nitrílica, no tamanho g (10,0-10,5), na cor verde, cano longo com no mínimo 46 cm; com punho do mesmo material da luva, dorso normal com antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos, formato anatômico sem forro. o equipamento de proteção individual deverá possuir certificado de aprovação (ca) válido, emitido pelo Ministério do Trabalho, 100 pares. | 132 | PAR | R\$ 32,48 | R\$ 4.287,36 |

| | | | | | | |
|-----|--------|--|----|-----|--------------|---------------|
| 34. | 630021 | LUVA DE BORRACHA ISOLANTE PAR luva de segurança, confeccionada em borracha nitrílica, no tamanho médio (9,0-9,5), na cor verde, cano longo com no mínimo 46 cm; com punho do mesmo material da luva, dorso normal com antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos, formato anatômico sem forro. o equipamento de proteção individual deverá possuir certificado de aprovação (ca) válido, emitido pelo Ministério do Trabalho. 50 pares | 82 | PAR | R\$ 32,48 | R\$ 2.663,36 |
| 35. | 630021 | LUVA DE BORRACHA ISOLANTE PAR luva de segurança, confeccionada em borracha nitrílica, no tamanho p (8,0-8,5), na cor verde, cano longo com no mínimo 46 cm; com punho do mesmo material da luva, dorso normal com antiderrapante na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos, formato anatomico sem forro. o equipamento de proteção individual deverá possuir certificado de aprovação (ca) válido, emitido pelo Ministério do Trabalho. | 50 | PAR | R\$ 32,48 | R\$ 1.624,00 |
| 36. | 470791 | MACA SCOOP (maca tipo concha, maca colher) APLICAÇÃO: Resgate e transporte manual de pacientes e vítimas de acidentes CARACTERÍSTICA(S): Projetada de modo a facilitar a imobilização e remoção sem a necessidade de rolar ou erguer o paciente como nas pranchas de imobilização; Com acabamento nas extremidades e sem reentrâncias que poderiam provocar ferimentos e/ou deposição de sujidades de difícil remoção; Capacidade de carga mínima de 150 Kg. DESCRIÇÃO: Maca tipo tesoura/ colher, confeccionada em tubos e placas de alumínio; a base em chapa de alumínio com formato arredondado e acabamento nas extremidades; com sistema de engate/desengate rápido que permite a separação longitudinal em duas partes que podem ser colocadas por baixo da vítima sem a necessidade de movimentá-la e após, unir as partes novamente, formando um único conjunto; o sistema de engate/desengate deve ser resistente, seguro e estável durante o transporte da vítima; com no mínimo dois cintos de segurança com sistema de engate rápido e removíveis para limpeza; MEDIDAS APROXIMADAS: 2,0 m (comprimento) x 0,4 m (largura). ACONDICIONAMENTO: original de fábrica com identificação e quantidade do material | 24 | UND | R\$ 2.687,60 | R\$ 64.502,40 |

| | | | | | | |
|-----|--------|---|-----|-----|------------|---------------|
| 37. | 613767 | MANTA TERMICA ALUMINIZADA resgate 2,10 x 1,40. cobertor térmico de emergência confeccionado em polietileno aluminizado, destinado a manter a vítima aquecida. características: não deformável, isolante térmico de baixo peso, resistente ao atrito como solo, mantém o calor interno e reflete o calor externo, tamanho de aproximadamente 2,10x1,40cm. | 580 | UND | R\$ 38,88 | R\$ 22.550,40 |
| 38. | 411619 | PAPEL A - 2 PAPEL PARA DESFIBRILADOR , dimensões 48mm x 30m, termossensível, com dados de identificação do produto e do fabricante, nº do lote, data de fabricação e data de validade. Registro na ANVISA. 36 rolos | 36 | UND | R\$ 12,84 | R\$ 462,24 |
| 39. | 632737 | PASTA MEDICAÇÃO , confeccionada em nylon rip stop, impermeável, abertura total, fecho através de zíper resistente. Internamente: com divisórias de elástico resistente, com capacidade de armazenamento de no mínimo 100 ampolas de medicamentos de tamanhos diferentes, com 02 bolsas transparentes com fixador em velcro, lavável, excelente acabamento, medindo aproximadamente 35 cm (comprimento) x 25 cm (largura) x 7 cm (profundidade), na cor preta. Com bordado eletrônico da logomarca do órgão demandante . | 10 | UND | R\$ 246,86 | R\$ 2.468,60 |
| 40. | 435129 | PILHA ALCALINA TAMANHO C - tipo alcalina, tamanho c, voltagem 1,5v. embalagem com 2 unidades. dentro dos padrões estabelecidos pela resolução conama nº 401, de 4 de novembro de 2008 e ser certificada pelo inmetro ou instituto por ele credenciado. | 100 | UND | R\$ 29,13 | R\$ 2.913,00 |

| | | | | | | |
|-----|--------|--|-----|-----|-----------|--------------|
| 41. | 424671 | <p>PILHA RECARREGAVEL AA pilha recarregável nimh 1,2 v tamanho “aa” (pequena) características técnicas mínimas: - deverão possuir tensão nominal de 1,2v; - deverão possuir capacidade mínima de 2500 mah; - deverão possuir vida útil superior a 1000 ciclos de carga; - deverão ser do tamanho aa - de acordo com a denominação abnt/ iec: kr6. - deverão atender os critérios e as práticas de sustentabilidade prevista nas normas vigentes; lei 12.305/2010, in ibama nº 06/2013 e resolução conama 401/2008. - a validade das pilhas recarregáveis deverá ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de entrega do material. - as pilhas recarregáveis deverão conter em sua embalagem as seguintes informações: texto em português dados do fabricante/ importador/ distribuidor; origem do produto; tipo de pilha (aa); composição do produto; validade do produto; símbolo orientando destinação após o uso. - deverá possuir características técnicas similares ou superiores às marcas: duracell, panasonic ou sony. As marcas enumeradas servem apenas como referência para as características técnicas.</p> | 132 | UND | R\$ 72,97 | R\$ 9.632,04 |
| 42. | 424039 | <p>PILHA RECARREGAVEL AAA pilha recarregável nimh 1,2 v tamanho “aaa” (palito) características técnicas mínimas: - deverão possuir tensão nominal de 1,2v; - deverão possuir capacidade mínima de 900 mah; - deverão possuir vida útil superior a 1000 ciclos de carga; - deverão ser do tamanho aaa - de acordo com a denominação abnt/ iec: kr6. - deverão atender os critérios e as práticas de sustentabilidade prevista nas normas vigentes; lei 12.305/2010, in ibama nº 06/2013 e resolução conama 401/2008. - a validade das pilhas recarregáveis deverá ser de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de entrega do material. - as pilhas recarregáveis deverão conter em sua embalagem as seguintes informações: texto em português dados do fabricante/ importador/ distribuidor; origem do produto; tipo de pilha (aa); composição do produto; validade do produto; símbolo orientando destinação após o uso. - deverá possuir características técnicas similares ou superiores às marcas: duracell, panasonic ou sony. as marcas enumeradas servem apenas como referência para as características técnicas.</p> | 192 | UND | R\$ 44,58 | R\$ 8.559,36 |
| 43. | 467862 | <p>PINÇA MAGYL PINÇA MAGIL 15 cm, confeccionada em aço inoxidável AISI420</p> | 6 | UND | R\$ 72,96 | R\$ 437,76 |

| | | | | | | |
|-----|--------|--|-----|-----|------------|---------------|
| 44. | 467864 | PINÇA MAGYL PINÇA MAGIL 25 cm, confeccionada em aço inoxidável AISI420. | 6 | UND | R\$ 89,18 | R\$ 535,08 |
| 45. | 615434 | PRANCHA LONGA DE POLIETILENO Prancha longa de polietileno, pesando aproximadamente 7kg, com capacidade para aproximadamente 160kg, comprimento 1800mm, largura 450mm, tolerância de ± 10 mm, espessura média de 60 mm, tolerância ± 10 mm, na cor amarela. | 50 | UND | R\$ 964,63 | R\$ 48.231,50 |
| 46. | 337283 | PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG , com três flanges, de silicone farmacêutico, com cordão de algodão antialérgico, atóxico e lavável, com certificado de aprovação | 110 | UND | R\$ 4,30 | R\$ 473,00 |
| 47. | 623785 | PULSEIRA ID INFANTIL ROSA C10 PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO TIPO MÃE/FILHO. Pulseira identificação mãe/filho com impressão numérica na superfície, confeccionada em plástico extra-soft, resistente e antialérgico, com pontos para regulagem. Modelo mãe com área para inscrição com dimensões aproximadas de 2,5 x 6,2cm. Modelo filho com área para inscrição com dimensões aproximadas de 1,8x3,4cm. Ambas devem permitir o uso durante a realização de exames. Deve possuir bordas laterais delicadas que não agridem a pele. Apresentação em conjunto de duas pulseiras destacáveis. Produto não estéril. Embalagem com os dados de identificação do produto, composição, número, registro na ANVISA. | 200 | UND | R\$ 2,28 | R\$ 456,00 |

| | | | | | | |
|-----|--------|--|-----|-----|-----------|--------------|
| 48. | 293572 | <p>RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL, confeccionado em elastômero, com borda interna e dois conectores para fixação dos filtros. Nas laterais do corpo da peça devem estar localizadas duas aberturas, uma de cada lado, nas quais são encaixados dois suportes plásticos, dotados, cada um deles, de uma válvula de inalação em sua parte traseira e de uma rosca externa em sua parte dianteira, onde são rosqueados os filtros químicos. A peça facial possui uma abertura localizada em sua parte central, na qual é fixado um dispositivo plástico, dotado, internamente, de uma válvula de exalação e de uma tampa de mesma cor, com encaixe tipo pressão. Nas laterais do corpo da peça estão localizadas quatro alças, duas superiores e duas inferiores, feitas do mesmo material que constitui a peça, onde estão fixadas quatro presilhas plásticas com regulagem, através das quais passam as pontas de dois tirantes elásticos. O equipamento deve atender a norma ABNT NBR 13694 e possuir CA. Cada respirador deverá vir acompanhado de 3 pares de cartuchos (filtro) contra vapores orgânicos e ácidos, com certificado de aprovação (CA).</p> | 80 | UND | R\$ 93,21 | R\$ 7.456,80 |
| 49. | 452239 | <p>TALA Tala moldável em E.V.A tam M - tala aramada "M" para imobilização, moldável revestida de material antialérgico, cobertas com espuma macia tipo EVA (etil vinil acetato) especial, com espessura de 4mm - colorido para identificar o seu tamanho, confeccionada em tela aramada com espessura de 3 mm e transversais com 2 mm, maleável, galvanizada, podendo ser lavada e reutilizada. Espessura da tala: 8mm, pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze; tamanho m - 63 x 9cm. Garantia de 30 dias contra defeitos e/ou vícios de fabricação.</p> | 122 | UND | R\$ 36,38 | R\$ 4.438,36 |
| 50. | 452242 | <p>TALA MOLDÁVEL EM E.V.A . Tam EGG - tala aramada para imobilização, moldável revestida de material antialérgico, cobertas com espuma macia tipo E.V.A. (etil vinil acetato) especial, com espessura de 4mm - colorido para identificar o seu tamanho, confeccionada em tela aramada com espessura de 3 mm e transversais com 2 mm, maleável, galvanizada, podendo ser lavada e reutilizada. Espessura da tala: 8mm, pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze; tamanho EGG - 120 x 12cm. Garantia de 30 dias contra defeitos e/ou vícios de fabricação.</p> | 82 | UND | R\$ 41,27 | R\$ 3.384,14 |

| | | | | | | |
|-----|--------|--|-----|-----|-----------|--------------|
| 51. | 452240 | TALA MOLDÁVEL EM E.V.A. tam G - tala aramada "G" para imobilização, moldável revestida de material antialérgico, cobertas com espuma macia tipo EVA (etil vinil acetato) especial, com espessura de 4mm - colorido para identificar o seu tamanho, confeccionada em tela aramada com espessura de 3 mm e transversais com 2 mm, maleável, galvanizada. Podendo ser lavada e reutilizada. Espessura da tala: 8mm, pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze; tamanho G -86,5 x 10,0cm. Garantia de 30 dias contra defeitos e/ou vícios de fabricação. | 82 | UND | R\$ 41,27 | R\$ 3.384,14 |
| 52. | 452238 | TALA MOLDÁVEL EM E.V.A . TAM P Tala aramada "P" para imobilização, moldável revestida de material antialérgico cobertas com espuma macia tipo EVA (etil vinil acetato) especial, com espessura de 4mm - colorido para identificar o seu tamanho, confeccionada em tela aramada com espessura de 3 mm e transversais com 2 mm, maleável, galvanizada, podendo ser lavada e reutilizada. Espessura da tala: 8mm, pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze; tamanho P - 53 x 8cm. Garantia de 30 dias contra defeitos e/ou vícios de fabricação | 102 | UND | R\$ 41,27 | R\$ 4.209,54 |
| 53. | 452237 | TALA MOLDÁVEL EM E.V.A. TAM PP Tala aramada "PP" para imobilização, moldável revestida de material antialérgico, cobertas com espuma macia tipo EVA (etil vinil acetato) especial, com espessura de 4mm - colorido para identificar o seu tamanho, confeccionada em tela aramada com espessura de 3 mm e transversais com 2 mm, maleável, galvanizada, podendo ser lavada e reutilizada. espessura da tala: 8mm, pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze; tamanho PP - 30 x 8cm. garantia de 30 dias contra defeitos e/ou vícios de fabricação. | 102 | UND | R\$ 41,27 | R\$ 4.209,54 |
| 54. | 452241 | TALA moldável em E.V.A. TAM. GG - tala aramada "GG" para imobilização, moldável revestida de material antialérgico, cobertas com espuma macia tipo EVA (etil vinil acetato) especial, com espessura de 4mm - colorido para identificar o seu tamanho, confeccionada em tela aramada com espessura de 3 mm e transversais com 2 mm, maleável, galvanizada, podendo ser lavada e reutilizada. Espessura da tala: 8mm, pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze; tamanho GG - 102 x 11,5cm. Garantia de 30 dias contra defeitos e/ou vícios de fabricação | 82 | UND | R\$ 41,27 | R\$ 3.384,14 |

| | | | | | | |
|-----|--------|--|-----|-----|------------|--------------|
| 55. | 471655 | TESOURA PARA RESGATE PONTA ROMBA , ponta romba grossa, entre 17cm e 20cm, angulo 45 graus; em aço inoxidável de acordo a norma NBR 7153-1. Com registro na ANVISA e atender as NBR 13402; 13851; 13852; 13912; 14175 e 13916. Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação, identificação na peça que permita saber o fabricante. Cabo de cor preta. | 66 | UND | R\$ 48,72 | R\$ 3.215,52 |
| 56. | 471546 | TESOURA DE METZEMBAUM CURVA Nº15 tesoura tipo metzembaum, material aço inoxidável, comprimento 18 cm, tipo ponta reta. | 15 | UND | R\$ 57,01 | R\$ 855,15 |
| 57. | 329972 | CINTO Tirantes para fixação de vítimas na maca, rígido tamanho adulto, em ambiente pré-hospitalar: conjunto de correias para a fixação da vítima sobre a maca rígida, confeccionado em material tipo nylon de 5 cm de largura, em cores vivas, modelo "aranha". O conjunto deverá possuir um tirante principal (longitudinal) de no mínimo 1,10 m de comprimento e mais 4 tirantes transversais que permitam regulagem na altura, conforme o tamanho ideal para a vítima. Deverá possuir também um sistema de regulagem que permita seu aumento em pelo menos 15 cm. Todo o conjunto deverá possuir costuras resistentes e suportar um esforço de tração de no mínimo 500 kgf. o sistema de fixação dos tirantes transversais deverá ser com velcro da mesma largura do tirante. A parte superior do tirante principal deverá possuir um sistema de fixação em "v" para sustentar a vítima presa a partir de seus ombros e impedir sua movimentação para cima durante esforços de aceleração da viatura. Possuir registro na ANVISA | 110 | UND | R\$ 68,04 | R\$ 7.484,40 |
| 58. | 618309 | VALVULA REGULADORA DE PRESSAO VALVULA REDUTORA PRESSAO, UTILIZACAO: cilindro, tipo gás: oxigênio, material: latão, acabamento: cromado, pressão saída: ajustável, escala manômetro: 0 a 11 kgf/cm2, botão: controle da pressão de saída, padrão rosca: abnt, forma fornecimento: unidade. regulador de pressão de oxigênio 3.000 psi | 21 | UND | R\$ 278,98 | R\$ 5.858,58 |
| 59. | 474434 | PINÇA pinça hartmann jacaré, 9cm. produzida em aço inoxidável com extra tratamento contra oxidação. instrumento cirúrgico articulado não cortante. em conformidade com as recomendações contidas nas normas da abnt no que couber. embalada individualmente. embalagem contendo dados de identificação, procedência e lote. | 5 | UND | R\$ 170,07 | R\$ 850,35 |

| | | | | | | |
|--------------------|--------|--|---|-----|------------|-----------------------|
| 60. | 474436 | PINÇA pinça hartmann jacaré, 15cm. produzida em aço inoxidável com extra tratamento contra oxidação. instrumento cirúrgico articulado | 5 | UND | R\$ 170,07 | R\$ 850,35 |
| VALOR TOTAL | | | | | | R\$ 555.066,78 |

1.2.A natureza dos objetos a serem contratados é de natureza comum, e as especificações dos materiais estão definidas, de forma clara, concisa e objetiva e que as unidades de medida atendem ao princípio da padronização usual existente no mercado.

1.3. Homologada a licitação, o licitante melhor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital da licitação, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial do Município, prevalecendo o que ocorrer por último, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado por igual período, na forma de termo aditivo, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos (§1º do artigo 11 do Decreto 52.132/2025).

1.5. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

1.6. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor.

1.7. Será incluído, na respectiva ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes condições:

1.8. o registro a que se refere o item 1.7 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata de registro de preços, nas hipóteses previstas no item 1.11, conforme incisos II, IV e V do art. 18, no inciso III do art. 19, e no art. 24 do Decreto Municipal 52.132/2025;

1.9. se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 1.7, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e

1.10. a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

1.11. A recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços, inclusive de engenharia, com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei e no edital da licitação.

1.12. A recusa injustificada em assinar a ata de registro de preços, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de sanções administrativas.

1.13. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

1.14. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

1.15. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística.

1.16. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

1.17. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.

a) O contrato será substituído por nota de empenho.

1.18. A modalidade da contratação será Pregão, sob a forma eletrônica, conforme os termos do art. 28, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

"O pregão será utilizado para a aquisição de bens e serviços comuns, inclusive os comuns de engenharia, e será preferencialmente realizado sob a forma eletrônica."

1.19. Na forma eletrônica é justificada pela ampla competitividade e redução de custos operacionais.

1.20. A licitação será exclusiva para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte (Lei Complementar Nº (123/2006);

1.21. O critério de julgamento e adjudicação será Menor Preço por item. O critério adotado será o de menor preço por item, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, e inciso V do artigo 82 da Lei 14.133/2021, tendo em vista que:

a) A adoção do critério por item amplia a competitividade, permitindo que empresas especializadas em determinados instrumentos possam participar da disputa de forma isolada, sem a obrigatoriedade de fornecer o conjunto total de itens;

b) Garante-se, assim, a seleção da proposta mais vantajosa para cada item, assegurando economicidade e atendimento à especificidade da demanda.

1.22. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.23. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.24. O SRP será adotado, preferencialmente:

1.25. quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

1.26. quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

1.27. quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo; ou

1.28. quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

1.29. O SRP, no caso de obras e serviços de engenharia, somente poderá ser utilizado se atendidos, cumulativamente, os seguintes requisitos.

1.30. existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional;

1.31. necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado; e

1.32. haja compromisso do órgão participante ou aderente de suportar as despesas das ações necessárias à adequação do projeto padrão às peculiaridades da execução.

1.33. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obriga a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição visa atender a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e Corpo de Bombeiros Militar.

2.2. Justificativas:

2.3. SAMU

A aquisição de itens específicos para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) é uma medida essencial para garantir a eficácia e a segurança das operações de socorro e atendimento médico de emergência. Estes itens, que incluem materiais de resgate, equipamentos de proteção individual (EPIs), insumos para equipamentos e outros recursos,

desempenham um papel fundamental em várias frentes:

2.3.1. Segurança dos Profissionais de Saúde: Os profissionais do SAMU enfrentam uma ampla gama de situações de emergência, muitas vezes expostos a riscos físicos, químicos e biológicos. A aquisição de EPIs adequados, como luvas, aventais, máscaras e óculos de proteção, é fundamental para proteger esses profissionais contra lesões e contaminações durante o atendimento aos pacientes.

2.3.2. Proteção dos Pacientes: Além de proteger os profissionais de saúde, os EPIs também desempenham um papel crucial na proteção dos pacientes. O uso adequado desses equipamentos reduz o risco de transmissão de infecções e contribui para a segurança e o bem-estar dos indivíduos atendidos pelo SAMU.

2.3.3. Qualidade do Atendimento: A disponibilidade de materiais de resgate de qualidade e insumos para equipamentos médicos é essencial para garantir a qualidade do atendimento prestado pelo SAMU. Itens como desfibriladores, talas, imobilizadores e medicamentos de emergência permitem intervenções rápidas e eficazes, salvando vidas e minimizando complicações.

2.3.4. Adaptação às Demandas Emergenciais: As situações de emergência podem variar amplamente em sua natureza e gravidade. A aquisição de itens específicos permite que o SAMU se adapte às demandas emergenciais, fornecendo os recursos necessários para lidar com uma variedade de cenários, desde acidentes automobilísticos até desastres naturais e eventos de grande escala.

2.3.5. Conformidade com Regulamentações: A aquisição de itens específicos também é necessária para garantir a conformidade com as regulamentações e padrões de qualidade estabelecidos pelas autoridades de saúde e órgãos reguladores. O cumprimento dessas diretrizes é essencial para assegurar a segurança dos pacientes e a eficácia das operações do SAMU.

2.3.6. A aquisição de itens específicos para o SAMU é uma prioridade absoluta, garantindo a segurança dos profissionais de saúde, a proteção dos pacientes, a qualidade do atendimento prestado, a adaptação às demandas emergenciais e a conformidade com regulamentações. Investir nessas áreas não é apenas uma questão de eficiência operacional, mas também uma questão de salvar vidas e proporcionar cuidados médicos de emergência de alta qualidade à comunidade.

2.4. 3º BBM

2.4.1. Justifica-se com fulcro no art. 16, Inciso II da Instrução Normativa nº 15/2012 do TCM/GO, a necessidade efetiva da aquisição, quantidade, bem como a destinação dos equipamentos. Visando atender as demandas operacionais do Corpo de Bombeiros Militar / FUMREBOM, sendo de fundamental importância para que o apoio logístico e administrativo seja efetivo e continuado. Esta participação permitirá, além de redução de custos, uma projeção de contratação para o período de 12 (doze) meses, podendo ultrapassar o exercício financeiro corrente, sem comprometimento em sua totalidade.

Considerando que as viaturas tipo Unidades de Resgate (UR) do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, utilizadas no município de Anápolis e região, são continuamente empenhadas em ocorrências de atendimento pré-hospitalar (APH), bem como a previsão, dentro do Planejamento Estratégico da Corporação, de ampliação das instalações/postos neste município, faz-se necessário substituir e/ou repor os materiais de APH desgastados/utilizados, visando proporcionar maior segurança aos militares, bem como maior eficiência nos atendimentos pré-hospitalares.

A participação em Registro de Preços visa à desburocratização e o uso do poder de compra, possibilitando a obtenção de menores preços nas contratações do Corpo de Bombeiros Militar / FUMREBOM e da Administração Pública.

2.4.2. Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

· Fundamentação legal:

· Lei Federal Nº 14.133/2021

· Lei Complementar Nº 123/2006

· Decreto Municipal nº 48.980/2023

· Decreto Municipal nº 52.132/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução para a aquisição de itens específicos do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) via registro de preços pode ser descrita da seguinte maneira:

3.1.1. Inicialmente será realizado um levantamento detalhado das necessidades de itens específicos do SAMU. Isso inclui identificar os tipos e quantidades de produtos de itens necessários, bem como suas especificações técnicas.

3.1.2. Elaboração do Termo de Referência será confeccionado com base no levantamento das necessidades que descreve os produtos a serem adquiridos, suas especificações técnicas, quantidades estimadas, prazos de entrega e demais condições necessárias para a realização da compra.

3.1.3. Publicação do Edital de Registro de Preços. O edital de registro de preços será publicado de acordo com as diretrizes estabelecidas na Lei 14.133/2021. O edital deve conter todas as informações necessárias para que os fornecedores interessados possam participar do processo, incluindo os critérios de seleção, prazos e documentos exigidos.

3.1.4. Recebimento e Análise das Propostas: Os fornecedores interessados apresentarão suas propostas de preços, que serão recebidas e analisadas pela equipe responsável pelo processo de registro de preços. Serão avaliados não apenas os preços oferecidos, mas também a qualidade dos produtos, a capacidade técnica dos fornecedores e outros critérios definidos no edital.

3.1.5. Homologação e Publicação da Ata de Registro de Preços: Após a análise das propostas, as empresas fornecedoras que atenderem aos requisitos estabelecidos no edital têm suas propostas homologadas e é publicada a ata de registro de preços.

3.1.6. Com a ata de registro de preços em vigor, o SAMU poderá adquirir os itens específicos necessários, conforme a demanda surgir. Os pedidos de compra são feitos diretamente aos fornecedores registrados na ata, utilizando os preços e condições previamente negociados.

3.1.7. Acompanhamento e Controle: Durante a vigência da ata de registro de preços, será realizado o acompanhamento e o controle das compras realizadas, garantindo que os produtos sejam entregues conforme o contratado e que os preços praticados estejam de acordo com os estabelecidos na ata.

3.1.8. Renovação ou Encerramento da Ata: Ao término do prazo de vigência da ata de registro de preços, o SAMU poderá optar por renová-la, mediante processo de prorrogação, ou encerrá-la, conforme previsto na legislação aplicável.

3.1.9. Essa solução proporciona ao SAMU uma forma eficiente e transparente de adquirir os produtos de itens específicos necessários para manter em condições adequadas de trabalho com eficiência e segurança, em conformidade com as disposições da Lei 14.133/2021.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Os bens ofertados deverão, sempre que tecnicamente viável, adotar critérios de sustentabilidade ambiental, priorizando produtos fabricados com materiais recicláveis, com maior durabilidade, menor impacto ambiental e que atendam a normas ambientais aplicáveis. A adoção desses critérios será considerada na avaliação técnica do objeto;

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Não serão indicadas marcas ou modelos para esta Contratação.

Da exigência de amostra

4.3. Não será exigida amostra.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. A vedação à subcontratação justifica-se em razão da natureza do objeto, que exige atuação direta da empresa contratada, o que permite à Administração exercer um controle mais eficaz sobre a execução contratual, evitando a pulverização de responsabilidades e assegurando a conformidade com os parâmetros estabelecidos no Termo de Referência.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Participação de Consórcios

4.6. A Lei de nº. 14.133/21, em seu artigo 15, traz a possibilidade da participação de consórcios nas licitações promovidas, vinculando à Administração a escolha pela não admissão da participação de consórcios aos casos devidamente fundamentados. A vedação à participação de consórcios justifica-se pela necessidade de garantir maior celeridade, simplicidade na gestão do contrato. A atuação em consórcio poderia dificultar o acompanhamento, a fiscalização e a execução do contrato.

5. DA PROPOSTA

5.1. Ao enviar sua proposta, a empresa deverá observar as especificações contidas neste Termo de Referência.

5.2. A apresentação de proposta implicará plena aceitação, por parte da empresa, das condições estabelecidas no Termo de Referência.

5.3. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.4. Os licitantes, na descrição detalhada do objeto ofertado, deverão indicar as seguintes informações:

5.5. Prazo de entrega, observando o limite máximo do Termo de Referência.

5.6. Prazo de validade dos produtos, observado o parâmetro mínimo do Termo de Referência.

5.7. Origem (nacional ou estrangeiro).

5.8. Marca, sendo vedada a apresentação de mais de uma marca para cada item.

5.9. Para fins classificatórios, não serão aceitos preços diferentes para o mesmo item, haja vista a inexistência de circunstâncias que os justifiquem, tais como locais de entrega, fatores temporais e logísticos etc, conforme inciso III do artigo 82 da Lei 14.133/2021.

5.10. É vedada ao licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital, obrigando-se nos limites dela, conforme inciso IV do artigo 82 da Lei 14.133/2021.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

CONDIÇÕES DE ENTREGA

6.1. As parcelas serão entregues mediante necessidade da unidade solicitante e emissão de empenho.

6.2. O prazo de entrega dos bens é de até 30 (trinta) dias úteis, contados da emissão e envio da Ordem de Serviço/Compra.

6.3. Os itens deverão ser entregues em :

SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

Avenida JK, quadra 38, Lote 10 e 15 – Bairro JK Nova Capital, podendo agendar previamente através do contato: (62)993439132- 3902-6300 ou comunicar antecedentemente via email sobre entrega e-mail: samu@anapolis.go.gov.br

Corpo de Bombeiros Militar – 3º BBM

ÓRGÃO: Corpo de Bombeiros Militar – 3º BBM

Praça Presidente Vargas S/N – Jd America – CEP -75115-685 – Anápolis - GO Telefone para Contato: (62) 3328-2432

6.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

DA GARANTIA

6.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 48.980/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

FISCALIZAÇÃO

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

7.6. Em conformidade com o artigo 12 do Decreto Municipal nº 48.980/2023, cabe ao fiscal:

7.6.1. Prestar informações a respeito da execução dos serviços ou das entregas e apontar ao gestor do contrato eventuais irregularidades ensejadoras de penalidade ou glosa nos pagamentos devidos à contratada;

7.6.2. Manter o controle das ordens de serviço/compras emitidas e cumpridas, quando cabível;

7.6.3. Conhecer as obrigações contratuais que afetem diretamente a fiscalização do contrato;

7.6.4. Zelar, no âmbito de sua área técnica de atuação, pelo fiel cumprimento dos contratos sob sua fiscalização;

7.6.5. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato e respectivas cláusulas contratuais;

7.6.6. Atestar formalmente a execução do objeto do contrato, atestar as notas fiscais e as faturas correspondentes a sua prestação;

7.6.7. Informar ao gestor do contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos produtos ou serviços fornecidos pela contratada;

7.6.8. Propor soluções para regularização das faltas e problemas observados, sem prejuízo das penalidades aplicáveis;

7.6.9. Solicitar formalmente ao gestor esclarecimentos sobre as obrigações que afetem diretamente à fiscalização do contrato;

7.6.10. Utilizar, se for o caso, o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços;

7.6.11. Monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

7.6.12. Apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto, ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada, e obter dele a ciência.

EM CONFORMIDADE COM O ARTIGO 09 DO DECRETO MUNICIPAL Nº 48.980/2023, CABE AO GESTOR:

7.7. São competências do gestor do contrato:

7.8. Participar, sempre que possível, dos atos preparatórios e conclusivos que resultem em contratações que ficarão sob sua responsabilidade;

7.9. Manter registro atualizado das ocorrências relacionadas à execução do contrato;

7.10. Acompanhar e fazer cumprir o cronograma de execução e os prazos previstos no ajuste;

7.11. Acompanhar o prazo de vigência do contrato;

7.12. Formalizar o recebimento definitivo de obras, bens, materiais ou serviços, mediante termo circunstanciado;

7.13. Solicitar, com justificativa, a rescisão de contrato;

- 7.14. Emitir parecer sobre fato relacionado à gestão do contrato, quando solicitado;
- 7.15. Orientar a contratada sobre os procedimentos a serem adotados no decorrer da execução do contrato;
- 7.16. Solicitar à contratada, justificadamente, a substituição do preposto ou de empregado desta, seja por comportamento inadequado à função, seja por insuficiência de desempenho;
- 7.17. Determinar formalmente à contratada a regularização das falhas ou defeitos observados, assinalando prazo para correção, sob pena de sanção;
- 7.18. Relatar, por escrito, ao órgão competente, a inobservância de cláusulas contratuais ou quaisquer ocorrências que possam trazer atrasos, defeitos ou prejuízos à execução da avença, em especial as que ensejarem a aplicação de penalidades;
- 7.19. Comunicar ao órgão competente qualquer dano ou desvio causado ao patrimônio da Administração ou de terceiros, de que tenha ciência, por ação ou omissão dos empregados da contratada ou de seus prepostos;
- 7.20. Solicitar ao órgão competente, com justificativa, quaisquer alterações, supressões ou acréscimos contratuais, observada a legislação pertinente;
- 7.21. Solicitar orientação de ordem técnica aos diversos órgãos da Administração, de acordo com suas competências;
- 7.22. Conferir o atesto do fiscal técnico e encaminhar para pagamento faturas ou notas fiscais com as devidas observações e glosas, se for o caso;
- 7.23. Solicitar ao órgão financeiro competente, com as devidas justificativas, emissão, reforço ou anulação, total ou parcial, de notas de empenho, bem como inclusão de valores na rubrica de Restos a Pagar;
- 7.24. Solicitar a prestação, complementação, renovação, substituição ou liberação da garantia exigida nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- 7.25. Executar outras ações de gestão que se façam necessárias ao pleno acompanhamento, fiscalização e controle das atividades desempenhadas pela contratada, a fim de garantir o fiel cumprimento das obrigações pactuadas e a observância do princípio da eficiência;
- 7.26. Agendar e observar os prazos pactuados no contrato sob sua responsabilidade;
- 7.27. Comunicar-se com a Administração ou com terceiros sempre por escrito e com a antecedência necessária;
- 7.28. Notificar formalmente à contratada sobre toda e qualquer decisão da Administração que repercuta no contrato;
- 7.29. Fundamentar, por escrito, todas as suas decisões, com observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público e outros correlatos;
- 7.30. Juntar todos os documentos obrigatórios à gestão do contrato nos devidos processos;
- 7.31. Instruir em processo apartado todos os documentos pertinentes à gestão do contrato que não se enquadram no inciso anterior;
- 7.32. Elaborar relatório periódico, no mínimo ao término de cada período de vigência, dos atos, fatos e avaliações da qualidade dos serviços, relativos à gestão dos contratos de execução parcelada ou diferida, ou de prestação continuada.
- 7.33. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 7.34. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.35. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Edital e seus anexos, a Prefeitura Municipal de Anápolis, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei, aplicará à contratada, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como as disposições contidas no Anexo VII do Decreto Municipal nº 48.980, de 27 de abril de 2023.
- 8.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, gradativamente, as seguintes sanções:
- 8.2.1. advertência;
- 8.2.2. multa;
- 8.2.3. impedimento de licitar e contratar;
- 8.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.3. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
- 8.3.1. descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração a lei, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; ou
- 8.3.2. inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.
- 8.4. Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato e não causem prejuízos à administração.
- 8.5. A sanção de multa será calculada na forma prevista no edital, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado, observado o seguinte:
- 8.5.1. a aplicação de multa moratória será precedida de oportunidade para o exercício do contraditório e da ampla defesa;
- 8.5.2. a aplicação de multa moratória não impedirá que a administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá, na forma do edital, contrato ou de outro instrumento obrigacional, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a administração pública municipal.
- 8.8. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital, em contrato ou em outro instrumento obrigacional.
- 8.9. A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções aqui previstas.
- 8.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:
- 8.10.1. der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no inciso I do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou que cause grave dano à administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 8.10.2. der causa à inexecução total do contrato;
- 8.10.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 8.10.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.10.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou
- 8.10.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 8.11. Considera-se inexecução total do contrato:
- 8.11.1. recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; e

8.11.2. recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração, o que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

8.12. Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual:

8.12.1. será intimado o adjudicatário ou contratado para apresentar a justificativa, no prazo de 2 (dois) dias úteis, para o descumprimento do contrato;

8.12.2. a justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação, e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, fundamentadamente, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade competente;

8.12.3. rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre a instauração do processo para a apuração de responsabilidade; e

8.12.4. preliminarmente à instauração do processo de que trata o inciso III do § 2º poderá ser concedido prazo máximo de 10 (dez) dias úteis para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

8.13. A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.14. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

8.14.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

8.14.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.14.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer espécie ou natureza;

8.14.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8.14.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.15. A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral e Auditoria do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

8.16. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Anápolis, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.17. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou, se iguais, somente a uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante.

8.18. Não se aplica a regra acima prevista se já houver ocorrido o julgamento ou, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

8.19. As incidências aqui dispostas não afastam a possibilidade de aplicação da sanção de multa cumulativamente à sanção mais grave.

8.20. A cominação das penalidades de multa incidirá conforme as gravidades dos fatos e circunstâncias verificadas, e nos seguintes índices:

8.21. Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, por dia útil que exceder o prazo de fornecimento do objeto, sobre o valor do saldo não atendido, respeitados os limites da lei civil.

8.22. Multa administrativa que corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas.

8.23. Multa de 10% (dez por cento) por inexecução total do ajuste a qual incidirá sobre o valor do contrato.

8.24. Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra.

8.25. Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações

cometidas.

8.26. Deverá ser graduada conforme a gravidade da infração.

8.27. Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

8.28. As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente ou individualmente, não impedindo que a Prefeitura Municipal de Anápolis, rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

8.29. A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Prefeitura Municipal de Anápolis, de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

RECEBIMENTO

9.1. Compete ao fornecedor a função da entrega, correndo por sua conta o risco da operação, inclusive os fretes, embalagens, carga e descarga.

9.2. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.5. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 10 (dez) dias úteis.

9.6. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.7. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.8. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.10. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

LIQUIDAÇÃO

9.11. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, conforme artigo 66 do Decreto Municipal nº 49.980/2023.

9.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.12.1. o prazo de validade;

9.12.2. a data da emissão;

9.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.12.5. o valor a pagar; e

9.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

9.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

PRAZO DE PAGAMENTO

9.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme artigo 66 do Decreto Municipal nº 49.980/2023.

9.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

9.22. Forma de pagamento

9.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.26. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

REAJUSTE

9.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, conforme artigo 76 do Decreto Municipal nº 49.980/2023.

9.29. O reajuste acontecerá através da aplicação do índice IPCA/IBGE

9.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.31. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.32. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo/apostilamento.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratante:

10.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

10.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

10.5. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

10.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

10.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.10. A Administração terá o prazo de 15 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 dias.

10.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

- 11.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 11.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 11.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 11.8.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 11.8.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 11.8.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
- 11.9. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 11.10. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 11.11. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 11.12. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 11.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.14. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 11.15. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 11.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 11.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 11.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 11.20. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 11.21. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando

medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

11.22. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.23. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

11.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.25. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

11.26. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

11.27. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

11.28. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

11.29. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

11.30. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

12. HABILITAÇÃO

12.1. Habilitação Jurídica

12.1.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.1.2. Comprovação da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

12.1.3. Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

12.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

12.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados na Junta Comercial ou inscritos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

12.1.9. Todos os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

12.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

12.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

12.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), relativa a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União, inclusive os relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014;

12.2.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

12.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, conforme Título VII-A da CLT;

12.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Municipal ou Distrital, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.2.7. Prova de regularidade relativa a tributos municipais, conforme legislação vigente, vinculada ao domicílio ou sede do fornecedor;

12.2.8. Declaração expressa de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, referente à proibição de trabalho de menores de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, e de menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

12.3. Habilitação econômico-financeira

12.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

12.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

| | |
|------|---|
| LG = | Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo |
| | Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

| | |
|------|---|
| SG = | Ativo Total |
| | Passivo Circulante + Passivo Não Circulante |

| | |
|------|--------------------|
| LC = | Ativo Circulante |
| | Passivo Circulante |

12.3.3. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

12.3.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

12.3.5. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

12.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por

profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

12.3.8. A qualificação econômico-financeira visa assegurar que a empresa tenha a saúde financeira necessária para suportar a execução do contrato, sem risco de inadimplência ou dificuldades econômicas que possam comprometer o andamento da contratação. Isso geralmente envolve a exigência de balanços financeiros, demonstrações de resultados, índices de liquidez, entre outros documentos que atestem a solvência e a estabilidade financeira da empresa.

12.3.9. A exigência de qualificação econômico-financeira é imprescindível para garantir que a empresa tenha recursos suficientes para arcar com as obrigações do contrato sem comprometer a execução dos serviços ou fornecimentos contratados. O cumprimento dos requisitos financeiros assegura que a contratada será capaz de manter a operação de forma estável e com segurança, minimizando o risco de falhas financeiras que possam afetar a entrega do objeto contratado.

12.4. Habilitação Técnica

12.4.1. Apresentar atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove fornecimento anterior de insumos com características compatíveis ou superiores ao objeto desta contratação, executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, observando-se a exigência apenas para os itens que representem parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo da licitação, considerados aqueles cujo valor individual seja igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação.

a) Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao mesmo grupo econômico.

b) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da unidade fabril do fornecedor.

c) Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos nos artigos 169, §3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337-F do Código Penal.

d) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

e) A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contactar a empresa atestante para fins de aferição.

f) As documentações deverão estar legíveis e identificadas, com as informações referentes ao objeto e à empresa realçadas (principalmente as publicadas em Diário Oficial), de forma organizada e separadamente – quando cabível – respeitando-se as ordens das relações acima.

g) Os documentos deverão estar digitalizados e não serão aceitas documentações vencidas nem protocolos, salvo para protocolos de pedido de revalidação dos documentos.

12.4.2. A apresentação de atestado(s) de capacidade técnica visa assegurar que as empresas participantes possuam condições operacionais, técnicas e estruturais para atender às especificações exigidas, evitando o risco de inadimplemento contratual e interrupção do fornecimento.

12.4.3. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), nos termos da RDC 16, de 1º de abril de 2014, correspondente ao tipo de produto ofertado. No caso de medicamento ou substância sujeita a controle especial, deverá ser apresentada Autorização Especial (AE). Deverá ser apresentada a concessão (data de cadastro) da AFE ou AE, podendo ser cópia de publicação no Diário Oficial da União (DOU) – destacando a empresa – ou espelho de consulta da AFE ou AE disponível no site da ANVISA.

12.4.4. Para itens de baixo risco ou isentos de registro na ANVISA, fica dispensada a apresentação dos documentos exigidos no subitem 12.4.3.

12.4.5. A exigência de qualificação técnica se justifica pela necessidade de assegurar que a empresa possua experiência, legalidade e conhecimento para atender ao serviço ou fornecimento com qualidade e no prazo estipulado, minimizando riscos de inadimplemento ou falhas técnicas durante a execução do contrato.

12.4.6. Para maior clareza e alinhamento às recomendações da Procuradoria, a exigência de qualificação técnica será aplicada preferencialmente às parcelas do objeto da contratação que representem maior relevância técnica ou valor

significativo, definidas como aquelas cujo valor individual seja igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação.

12.4.7. Essa medida visa proporcionar equilíbrio entre a necessidade de comprovação de capacidade técnica e a proporcionalidade da exigência, evitando que pequenas parcelas do objeto imponham ônus excessivo às licitantes e garantindo a segurança da Administração Pública quanto à execução das parcelas mais críticas do contrato.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE HABILITAÇÃO

13.1. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não possuam funcionamento no País, as exigências de habilitação poderão ser atendidas mediante apresentação de documentos equivalentes, inicialmente em tradução livre.

13.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes para o mesmo item, considerando que não há critérios que justifiquem diferenciação (como entrega em locais distintos ou logística diferenciada).

13.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, salvo mediante nova licitação ou justificativa legal expressa.

13.4. Para fornecedores estrangeiros sem funcionamento no País, os documentos exigidos para assinatura do contrato, da ata de registro de preços ou de instrumento equivalente deverão ser traduzidos por tradutor juramentado, e apostilados ou consularizados, nos termos do Decreto nº 8.660/2016 ou norma que venha a substituí-lo.

13.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ ou CPF diferentes, exceto quando expressamente permitidos pela legislação aplicável.

13.6. Quando o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica ou documentos que, pela própria natureza, só possam ser emitidos em nome da matriz.

13.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números em documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, desde que comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

14. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

14.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 555.066,78 (Quinhentos e cinquenta e cinco mil, sessenta e seis reais e setenta e oito centavos) conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

14.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

15. DAS CONDIÇÕES GERAIS DO REGISTRO DE PREÇO

15.1. Será aceito o registro de mais de um fornecedor, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, conforme inciso VII do artigo 82 da Lei 14.133/2021.

15.2. É vedado à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto deste edital em seu prazo de validade, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme inciso VIII do artigo 82 da Lei 14.133/2021.

15.3. A possibilidade de adesão à ata de registro de preços decorrente desta contratação será disciplinada pelo que dispõe o Decreto Municipal 52.132/2025.

16. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS – INCISO VI DO ARTIGO 82 DA LEI 14.133/2021

16.1. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no inciso IV do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 16.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.
- 16.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas.
- 16.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.
- 16.5. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.
- 16.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação, que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata de registro de preços, e desde que atendidos os seguintes requisitos:
- 16.6.1. possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
- 16.6.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
- 16.6.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- 16.7. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 16.8. Se não houver prova efetiva da desatualização e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no edital.
- 16.9. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 16.10. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 16.11. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço revisado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de sanções administrativas.
- 16.12. Liberado o fornecedor na forma do subitem 17.11, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço revisado.
- 16.13. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata de registro de preços primeiramente no valor ofertado por estes e, caso não haja êxito na negociação, no máximo nas condições prevista no subitem 17.10 desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, nos termos do instrumento convocatório.
- 16.14. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

17. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

17.1. Conforme artigo 18 do Decreto Municipal nº 52.132/2025:

17.2. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

- 17.2.1. for liberado;
- 17.2.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- 17.2.3. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 17.2.4. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 17.2.5. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; e
- 17.2.6. não aceitar o preço revisado pela administração municipal.
- 17.3. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
 - 17.3.1. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
 - 17.3.2. por fato superveniente, decorrente dos casos de:
 - 17.3.3. força maior,
 - 17.3.4. caso fortuito;
 - 17.3.5. fato do príncipe;
 - 17.3.6. em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e/ou
 - 17.3.7. por razões de interesse público, devidamente justificado.
- 17.4. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da administração municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 17.5. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

18. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS

- 18.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.
- 18.2 O remanejamento somente será feito, conforme Decreto Municipal 52.132/2025:
 - 18.2.1. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
 - 18.2.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.
 - 18.2.3. Se o órgão gerenciador tiver estimado as quantidades que pretende contratar, este será considerado participante para fins do remanejamento.
 - 18.2.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 27 do Decreto Municipal 52.132/2025.
 - 18.2.5. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
 - 18.2.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades do Município de Anápolis e órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

19. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

19.1 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

19.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou de descontinuidade de serviço público;

19.1.2. demonstração da compatibilidade dos valores registrados com os valores praticados pelo mercado, na forma prevista no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os dispositivos constantes no Anexo Pesquisa de Preços do Decreto Municipal nº 48.980/2023 ou norma que venha a substituí-lo;

19.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão gerenciador e do fornecedor; e

19.1.4. possibilidade de adesão prevista no edital.

19.2 As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, conforme §2 do artigo 27 do Decreto Municipal 52.132/2025.

19.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

19.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata de registro de preços, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

19.5 O órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

20. DA ATUALIZAÇÃO PERIÓDICAS DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO

20.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

20.2. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

20.3. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

20.4. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

20.5. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

20.6. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

21. CADASTRO RESERVA

21.1. A formação do Cadastro Reserva dar-se-á mediante manifestação formal das empresas interessadas, a ser realizada após convocação expedida pelo(a) Agente de Contratação. A convocação ocorrerá por meio do próprio sistema eletrônico utilizado para o certame, mediante envio de mensagens às licitantes no chat geral, informando sobre a abertura do prazo para composição do Cadastro Reserva.

21.2. Os interessados deverão formalizar o respectivo interesse no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da convocação, por meio do envio de mensagem ao e-mail institucional: licitacao@anapolis.go.gov.br

21.3. Será aceito a aformação de cadastro reserva com os licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora na sequência da classificação do certame, Conforme prevê o paragrafo 2º do artigo 33 e artigo 38 do Decreto Municipal nº 48.980/2023.

21.4. Após a homologação da licitação, para formalização e cadastro de reserva, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

- a) Dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
- b) Dos licitantes ou dos fornecedores que mantiverem sua proposta original; e
- c) Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

21.5. O registro a que se refere a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

21.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva, somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

- a) Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- b) Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas neste edital.

22. ALTERAÇÕES

22.1. Os preços poderão ser alterados conforme disposto no Art. 124, II, “d” da Lei 14.133/21 e Art. 14 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

22.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

22.3. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

22.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.5. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

22.6. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

23. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Dotação Orçamentária emitida pelo Município.

23.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA

| |
|---|
| I) Gestão/Unidade: 623 – Fundo Municipal de Saúde; |
| II) Fonte de Recursos: 0102.000000; |
| III) Programa de Trabalho: 10.302.1117.2745 – Manutenção do Serviço Móvel de Urgência - SAMU; |
| IV) Elemento de Despesa: |

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

De acordo, considerando a imprescindibilidade dessa contratação para o cumprimento das atribuições institucionais desta Secretaria.

3º BBM – BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITARES

Para fins do Artigo 38, da Lei 8.666/93, as despesas correntes da adjudicação do objeto correrão por conta de recursos específicos consignados no orçamento do CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS – 3º BBM, via FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO BOMBEIROS / FUMREBOM, no período de validade da Ata de Registro de Preços, no programa de trabalho e natureza de despesa específica, os quais serão discriminados nas respectivas notas de empenho.

A reserva dos recursos e as declarações orçamentárias serão apresentadas somente antes da assinatura do contrato conforme Acórdãos TCU 3.146/2004 - Primeira Câmara e 1.279/2008 - Plenário.

As despesas orçamentárias correrão pela Unidade 1530, Dotação Orçamentária – 06.182.0104.2343 e fontes 106, 200 ou 206, conforme recursos disponíveis.

24. DOS CASOS OMISSOS

24.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

25. FORO

25.1. Fica definido o Foro da Comarca do Município de Anápolis para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

26. DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Anápolis, 15 de maio de 2026.

Fahuanny Alves Martins Fahl
Coordenadora Regional Pirineus SAMU

Lara Dayse de Paula Limírio Martins
Diretora de Urgência e Emergência

Jaqueline Gonçalves Rocha de Oliveira
Secretária Municipal de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Fahuanny Alves Martins**, Servidor Municipal, em 17/05/2026, às 21:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LARA DAYSE DE PAULA LIMIRO MARTINS**, **Diretor(a)**, em 18/05/2026, às 13:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jaqueline Gonçalves Rocha de Oliveira**, **Secretario(a)**, em 18/05/2026, às 14:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2423511** e o código CRC **E3C99D28**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Estudo Técnico Preliminar - ETP Nº 8/2025 - SEMUSA/DIASA/CSAMU/DEPCO

Em 05 de maio de 2025.

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - ETP

1. IDENTIFICAÇÃO/ INTRODUÇÃO:

| | | |
|------------------------------|-------------------------|---|
| Demanda (descrição resumida) | | REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE ITENS ESPECÍFICOS DO SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA) a fim de suprir as demandas da Prefeitura Municipal de Anápolis-GO. |
| Data de Início do ETP | | 12/03/2025 |
| SERVIDOR RESPONSÁVEL | Unidade Administrativa | Secretaria Municipal de Saúde |
| | Servidor(a) Responsável | Vanessa Rosa de Oliveira Teixeira Costa |
| | Ramal | 3902-6300 |
| | E-mail | samu@anapolis.go.gov.br |
| | Data da proposição | |
| AUTORIZAÇÃO SUPERIOR | Unidade Administrativa | Secretaria Municipal de Saúde |
| | Gestor(a) responsável | Raquel Moreira Barros Tolentino de Araújo Goulart |
| | E-mail | dae@anapolis.go.gov.br |
| | Data aprovação | |

Este documento apresenta o Estudo Técnico Preliminar (ETP), que constitui primeira etapa do planejamento de uma contratação e serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação por meio da realização de pesquisas, análises e estudos, a fim de definir qual contratação é a mais vantajosa ao Município, levando em conta os critérios financeiro, operacional e gerencial para analisar e justificar a escolha da melhor solução para à elaboração do Termo de Referência (TR), caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O artigo 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, conceitua o ETP e o artigo 18, §1º, fundamenta a obrigatoriedade da elaboração do mesmo, caracterizando o interesse público envolvido, devendo evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, assim como os incisos do Art. 7º, da IN 40/2020.

2. DIRETRIZES GERAIS

| |
|---|
| Descrição da Demanda |
| 2.1 – Descrição da Necessidade da Contratação. Art. 18, §1º, inciso I |
| |

A aquisição de **itens específicos** para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) é uma medida essencial para garantir a eficácia e a segurança das operações de socorro e atendimento médico de emergência. **Estes itens, que incluem materiais de resgate, equipamentos de proteção individual (EPIs), insumos para equipamentos e outros recursos,** desempenham um papel fundamental em várias frentes:

- **Segurança dos Profissionais de Saúde:** Os profissionais do SAMU enfrentam uma ampla gama de situações de emergência, muitas vezes expostos a riscos físicos, químicos e biológicos. A aquisição de **EPIs adequados, como luvas, aventais, máscaras e óculos de proteção,** é fundamental para proteger esses profissionais contra lesões e contaminações durante o atendimento aos pacientes.
- **Proteção dos Pacientes:** Além de proteger os profissionais de saúde, os EPIs também desempenham um papel crucial na proteção dos pacientes. O uso adequado desses equipamentos reduz o risco de transmissão de infecções e contribui para a segurança e o bem-estar dos indivíduos atendidos pelo SAMU.
- **Qualidade do Atendimento:** A disponibilidade de **materiais de resgate de qualidade e insumos para equipamentos médicos** é essencial para garantir a qualidade do atendimento prestado pelo SAMU. Itens como **desfibriladores, talas, imobilizadores e medicamentos de emergência** permitem intervenções rápidas e eficazes, salvando vidas e minimizando complicações.
- **Adaptação às Demandas Emergenciais:** As situações de emergência podem variar amplamente em sua natureza e gravidade. A aquisição de **itens específicos permite que o SAMU** se adapte às demandas emergenciais, fornecendo os recursos necessários para lidar com uma variedade de cenários, desde acidentes automobilísticos até desastres naturais e eventos de grande escala.
- **Conformidade com Regulamentações:** A **aquisição de itens específicos** também é necessária para garantir a conformidade com as regulamentações e padrões de qualidade estabelecidos pelas autoridades de saúde e órgãos reguladores. O cumprimento dessas diretrizes é essencial para assegurar a segurança dos pacientes e a eficácia das operações do SAMU.

A aquisição de itens específicos para o SAMU é uma prioridade absoluta, garantindo a segurança dos profissionais de saúde, a proteção dos pacientes, a qualidade do atendimento prestado, a adaptação às demandas emergenciais e a conformidade com regulamentações. Investir nessas áreas não é apenas uma questão de eficiência operacional, mas também uma questão de salvar vidas e proporcionar cuidados médicos de emergência de alta qualidade à comunidade.

2.2 – Previsão da Contratação no Plano Anual de Contratação. Art. 18, §1º, inciso II

Não existe referência e previsão de tais contratações no **PAC do município**, haja vista que o mesmo não foi elaborado. A aquisição de tais produtos poderá ser feita juntamente com os demais órgãos da Administração Pública, através de processo licitatório conforme os tramites do Setor de Compras e Licitações que através de **consulta de Intenção de Registro de Preços - IRP**, encaminhará as especificações, atendendo a uma previsão e planejamento antecipado para aquisição dos produtos.

2.3 - Requisitos da contratação. Art. 18, §1º, inciso III

A necessidade aquisição de **materiais específicos para o SAMU é sempre contínua.** Logo, entende-se que **o fornecimento do objeto é de natureza continuada,** que poderá, **excepcionalmente, ser superior a 12 meses,** obedecendo à disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no Plano Plurianual. Sendo assim, as contratações deverão ser prorrogadas conforme os Art. 105 e 106 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

2.4 - Estimativa das quantidades, acompanhadas das 'memórias de cálculo' e dos documentos que lhe dão suporte. Art. 18, §1º, inciso IV

O Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) 192 de Anápolis é um componente crítico na rede

de atenção à saúde, proporcionando atendimento pré-hospitalar de emergência a uma população crescente e diversificada. Até o mês de março do presente ano SAMU 192 Anápolis atendeu a 2.556 chamados, refletindo a alta demanda por seus serviços. Para garantir a continuidade da qualidade e eficiência deste atendimento, é essencial que o SAMU esteja equipado com materiais de resgate, equipamentos de proteção individual (EPIs) e outros itens específicos. Esta justificativa aborda a necessidade urgente de adquirir esses materiais para suportar a operação eficaz do SAMU 192 Anápolis, que conta com 6 viaturas de suporte básico, 2 viaturas de suporte avançado e 2 motolâncias. Os quantitativos solicitados foram estimados considerando-se os seguintes fatores:

Diversidade de Tipos de Atendimentos Realizados

O SAMU 192 Anápolis atende uma ampla variedade de emergências, que incluem:

Acidentes de Trânsito: Requerem materiais de imobilização, como colares cervicais e pranchas rígidas, além de dispositivos de extração.

Paradas Cardiorrespiratórias: Necessitam de desfibriladores automáticos externos (DEA), bolsas de ressuscitação (ambu) e oxímetros.

Traumas Diversos: Demandam kits de primeiros socorros avançados e bandagens.

Emergências Clínicas: Incluem crises hipertensivas, convulsões e crises asmáticas, necessitando de equipamentos de monitoramento.

Emergências Obstétricas: Requerem materiais específicos para partos de emergência, como kits de parto e instrumentos de corte e clampeamento de cordão umbilical.

A aquisição desses materiais é crucial para que os socorristas possam prestar um atendimento adequado e eficiente, independentemente do tipo de emergência.

Volume de Atendimentos em até março de 2025

Com 2.556 atendimentos realizados em março 2025, a demanda pelos serviços do SAMU 192 Anápolis é substancial. Este volume elevado de chamadas exige uma constante reposição e atualização dos materiais de resgate e EPIs para garantir que os socorristas estejam sempre prontos para atender rapidamente e com eficiência.

Capacidade Operacional e Logística

O SAMU 192 Anápolis opera com:

6 Viaturas de Suporte Básico: Usadas principalmente em atendimentos menos complexos, mas que ainda requerem uma gama completa de materiais de primeiros socorros e EPIs.

2 Viaturas de Suporte Avançado: Equipadas para emergências mais graves, necessitando de equipamentos médicos avançados, incluindo ventiladores mecânicos, monitores cardíacos e medicamentos.

2 Motolâncias: Importantes para chegar rapidamente em locais de difícil acesso ou em situações de alto tráfego, onde a velocidade de resposta é crítica.

A manutenção dessas viaturas bem equipadas é fundamental para a eficácia do serviço. Equipamentos de resgate atualizados e EPIs de alta qualidade são indispensáveis para o bom funcionamento das viaturas e a segurança dos profissionais.

Segurança dos Profissionais de Saúde

Os profissionais do SAMU enfrentam riscos significativos durante os atendimentos. EPIs de qualidade são essenciais para protegê-los contra riscos biológicos, químicos e físicos. A aquisição de EPIs, como luvas, máscaras, aventais, óculos de proteção e calçados de segurança, é crucial para garantir que os socorristas possam desempenhar suas funções de maneira segura e eficaz.

Conformidade com Normas e Regulamentos

A aquisição de materiais de resgate e EPIs assegura que o SAMU 192 Anápolis esteja em conformidade com a legislação vigente, incluindo a Lei nº 14.133/2021. Esta lei exige padrões rigorosos de qualidade e eficiência na prestação de serviços públicos. Equipar o SAMU com materiais que atendam a esses padrões é fundamental para manter a excelência no atendimento.

Atualização Tecnológica e Melhoria Contínua

O setor de atendimento pré-hospitalar está em constante evolução tecnológica. Investir na atualização dos materiais de resgate e EPIs permite que o SAMU 192 Anápolis incorpore as melhores práticas e inovações do setor, aumentando a eficiência e a segurança do atendimento prestado.

Conclusão

A aquisição de materiais de resgate, equipamentos de proteção individual e outros itens específicos para o SAMU 192 de Anápolis é imperativa para garantir a continuidade, qualidade e segurança dos serviços de atendimento pré-hospitalar de emergência. O número significativo de atendimentos realizados em 2025, juntamente com a diversidade dos tipos de emergências atendidas e a capacidade operacional das viaturas, evidencia a necessidade urgente de investimentos contínuos nesses materiais. Este investimento é essencial não apenas para salvar vidas e proteger os profissionais de saúde, mas também para cumprir as normas legais e incorporar inovações tecnológicas. Equipar adequadamente o SAMU 192 Anápolis reafirma o compromisso com a saúde e o bem-estar da população, assegurando um serviço de excelência e eficácia.

| ESTIMATIVA DE CONSUMO RELATIVA - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPECÍFICOS DO SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA) | | | |
|--|---|---------|------------------|
| Item | Descrição | Unidade | Quantidade anual |
| 1 | AVENTAL PARA PROTEÇÃO DO TRONCO contra riscos de origem química e umidade proveniente de operações com água, confeccionado em lâmina de cloreto de povinila (PVC), cristal, impermeável a líquidos corrosivos. Modelo frontal, com tiras de fixação ajustáveis no pescoço e na cintura. deverá atender os requisitos mínimos de desempenho descritos nas normas ISO 16602;2007 e BS 3546;1974 e outras que se apliquem. dimensões aproximadas: 1,20 m de comprimento por 0,70 m de largura. | Unid. | 36 |
| 2 | BANDAGEM TRIANGULAR DESCARTÁVEL 1,00 x 1,00 x 1,40 metros. Confeccionada em 100% algodão, sem tinturas ou tingimentos, com acabamento em ´overloque´ nas bordas. Isenta de substâncias alergênicas ou nocivas à saúde. Alvejada, absorvente, com acabamento perfeito sem rebarbas, resistente, isenta de impurezas, emendas, falhas, furos, manchas ou qualquer outro defeito prejudicial ao seu uso. Medidas aproximadas 1,0 m x 1,0 m x 1,40 m, com variação (5%+-). Registro na ANVISA. | Unid. | 240 |
| 3 | BOLSA DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TIPO APH SAMU Características: - Confeccionada em tecido amalfi 300/900, nylon 70, manta hidrorrepelente e térmica ou materiais com especificações superiores. Dimensões aproximadas 66cm x 43cm x 24cm (comprimento x largura x altura); Deve possuir logotipo do SAMU na parte frontal; Impermeável; Deve possuir faixa refletiva; Deve ter divisórias internas removíveis, fixadas apenas com botões de pressão; Deve possuir cintas elásticas para fixação de materiais de resgate; Deve possuir bolso com tela com abertura por zíper; Deve possuir 1 bolso principal (zíper com 2 cursores), 1 bolso frontal, 1 bolso posterior e 2 bolsos laterais; Deve possuir costura dupla; Deve possuir alça de ombro com regulagem e outra para as mãos; Deve possuir 4 pés protetores; Deve vir na cor vermelha. | Unid. | 60 |

| | | | |
|----|--|-------|-----|
| 4 | BOLSA MOCHILA MEDICAMENTOS – TIPO SAMU Características: - Confeccionada em tecido nylon 600, nylon 70, manta hidrorrepelente e térmica ou materiais com especificações superiores. Com costura dupla. - Dimensões aproximadas 40cm x 25cm x 40cm (comprimento x largura x altura) - Deve possuir logotipo do SAMU na parte frontal - Deve possuir no mínimo 1 bolso principal - Deve possuir na parte interna no mínimo 27 compartimentos em plástico transparente com fechamento em velcro e divididos em no mínimo 3 cartelas removíveis. - Deve possuir no mínimo 1 bolso interno com zíper - Deve possuir alças tipo mochila e outra para as mãos - Deve possuir faixa refletiva | Unid. | 30 |
| 5 | BOLSA TIPO MOCHILA , confeccionada em tecido do tipo cordura, nas dimensões mínimas de 30 cm x 60 cm x 30 cm de altura, com abertura na parte superior em material do tipo zíper plástico resistente, com alças que passem por baixo do corpo da bolsa para aumentar sua resistência e com o logotipo do SAMU, conforme manual de aplicação, sobre a tampa superior da, com 2 repartições com bolsos e velcros de fixação, na cor vermelha | Unid. | 30 |
| 6 | Bota segurança , material borracha, material sola borracha antiderrapante, cor preta, tipo cano longo tamanho 36 | Par | 2 |
| 7 | Bota segurança , material borracha, material sola borracha antiderrapante, cor preta, tipo cano longo tamanho 38 | Par | 2 |
| 8 | Bota segurança , material borracha, material sola borracha antiderrapante, cor preta, tipo cano longo tamanho 40 | Par | 5 |
| 9 | Bota segurança , material borracha, material sola borracha antiderrapante, cor preta, tipo cano longo tamanho 42 | Par | 15 |
| 10 | Bota segurança , material borracha, material sola borracha antiderrapante, cor preta, tipo cano longo tamanho 44 | Par | 15 |
| 11 | CAPA DE CHUVA COM CAPUZ , confeccionada em PVC na Cor amarela, com abertura frontal através de botões de pressão. Costura através de solda eletrônica. Forrada com trama de poliéster. Tamanhos: - Tamanho M com medidas aproximadas - Comprimento: 95 cm, Largura: 50 cm, Manga: 65 cm: 50 unidades - Tamanho G com medidas aproximadas - Comprimento: 100 cm, Largura: 65 cm, Manga: 72 cm: 50 unidades | Unid. | 100 |
| 12 | CAPACETE DE SEGURANÇA , modelo aba frontal com jugular, classe B. especificações: cores diversas, cinta com absorvedor de suor, material de polietileno. Padrão ABNT NBR 8221, carneira com 04 pontos e ajustável com catraca giratória, revestimento em espuma, sem protetor auditivo. Cor azul escuro. Com certificado de aprovação expedido pelo ministério do trabalho e emprego na situação de validade. | Unid. | 30 |
| 13 | CLAMP UMBILICAL , descartável, sistema tipo pinça em “V” com vedação definitiva, em PVC atóxico, estéril. Embalagem individual. Validade mínima de 36 meses a partir da data de entrega. | Unid | 100 |

| | | | |
|----|--|-------|-----|
| 14 | <p>COLAR CERVICAL AJUSTÁVEL 4 x 1 Adulto, com sistema de fechamento unidirecional, não precisando ser ajustado fora da vítima. Quatro posições de anel ajustável. Quatro tamanhos em um. Dispositivo integrado para faixas de velcro. Dois mecanismos de extensão para facilitar a adaptação a qualquer paciente adulto. Travas automáticas para assegurar o tamanho selecionado. Trilhas de ajuste para assegurar o alinhamento simétrico do tamanho. Ótima avaliação visual. Abertura traqueal grande para ter fácil acesso para verificação dos pulsos, procedimentos de vias respiratórias e visualização através do orifício superdimensionado na traquéia. Fácil acesso a técnicas avançadas de vias aéreas, com engates para fixação da máscara de O2. Abertura do painel traseiro para apalpação cervical.</p> | Unid. | 150 |
| 15 | <p>COLAR CERVICAL AJUSTÁVEL 4 x 1 Pediátrico, colar facilmente ajustável e montado por inteiro, com sistema de fechamento unidirecional, não precisando ser ajustado fora da vítima. Maior dimensionamento para se ajustar a pacientes pediátricos. Dispositivo de fixação integrado a faixa de velcro para melhorar o desempenho em várias condições ambientais. Design aperfeiçoado para satisfazer as características anatômicas específicas da criança. Deve ser revestido de espuma macia tipo EVA (etilvinilcetato) especial. Fecho com velcro de 50mm em um dos lados. Regulagem da altura através de um sistema duplo de trilhos nas duas laterais da parte anterior do colar, com fixação através de botão com encaixe sob pressão. Ótima avaliação visual. Aberturas traqueais e do painel traseiro superdimensionado para supervisão avançada das vias aéreas e avaliação progressiva da coluna cervical. Transparente a radiação, compatível a varredura por ressonância magnética e tomografia computadorizada. Travas para assegurar o tamanho selecionado.</p> | Unid. | 60 |
| 16 | <p>COLAR CERVICAL NEONATAL: colar cervical de polietileno de alta densidade, com espessura mínima de 1,5mm, permitindo uma maior resistência e apoio. Revestido de espuma tipo E.V.A. (etil vinil acetato), especial, virgem sem resíduos de chumbo; botões fabricados com material plástico resistente, permitindo a rádio transparência para raio x; apresenta na parte posterior 02 aberturas para palpação da nuca e na parte anterior abertura para verificação do pulso carotídeo e acesso a traquéia. Tamanho neonatal.</p> | Unid. | 36 |
| 17 | <p>COLCHÃO HOSPITALAR PARA MACA DO SAMU, DEVE APRESENTAR FORRO IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, COM ESPUMA EM 100% POLIURETANO E COM DENSIDADE MÍNIMA DE 33; POSSUIR CAPA CONFECCIONADA EM COURVIM (NAPA), NA COR VERDE BANDEIRA, QUE DEVE CONTER SILKSCREN, COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 20X 30 CM, ESTÁ PRESENTE NOS DOIS LADOS DO COLCHÃO E POSSUIR O NOME DO MUNICÍPIO "ANÁPOLIS-GO", ABAIXO DO NOME SAMU 192. DEVE APRESENTAR AS SEGUINTE DIMENSÕES, PODENDO TER VARIAÇÃO +-10%: COMPRIMENTO DE 1820 MM; LARGURA DE 480 MM E ESPESSURA DE 60 MM. O PRODUTO DEVE SER RESISTENTE AOS PROCESSOS DE HIGIENIZAÇÃO, NO MÍNIMO, COM O USO DE HIPOCLORITO A 1%.</p> | Unid. | 30 |

| | | | |
|----|--|----------|-----|
| 18 | CONE PARA SINALIZAÇÃO DE TRÁFEGO: confeccionado em borracha (flexível), inquebrável, resistente às intempéries, altura de 75 cm e peso entre 3kg a 4kg; deve ser constituído de uma única peça; deve possuir flexibilidade tal que, quando finaliza da a aplicação de um esforço, volte à forma primitiva sem apresentar ruptura e deformações permanentes; a deformação elástica deve ser reversível e desaparecer quando a tensão for removida; deve ser predominantemente laranja com duas faixas retro-refletivas, auto-adesivas, flexíveis, brancas com 10cm de largura cada. as faixas retro-refletivas devem ter refletividade; as especificações dos materiais do cone devem atender às exigências contidas na nbr 15071. | Unid. | 24 |
| 19 | CONJUNTO DE PÁS ADESIVAS DESCARTÁVEIS PARA DEA INSTRAMED MODELO I.ON LED. Conjunto contendo 2 pás adesivas descartáveis, originais, tamanho adulto , para desfibrilador externo automático (DEA) e compatíveis com o equipamento DEA I.ON LED (marca INSTRAMED). | Conjunto | 30 |
| 20 | CONJUNTO DE PÁS ADESIVAS DESCARTÁVEIS PARA DEA INSTRAMED MODELO I.ON LED. Conjunto contendo 2 pás adesivas descartáveis, originais, tamanho infantil , para desfibrilador externo automático (DEA) e compatíveis com o equipamento DEA I.ON LED (marca INSTRAMED). | Conjunto | 10 |
| 21 | DISPOSITIVO PARA PUNÇÃO INTRA-ÓSSEA ADULTO , características mínimas: indicado para acesso intra-ósseo quando um acesso venoso não é possível em situações de emergência. Regulagem de profundidade para uso adulto (0.5 a 2,5 cm) ou por região de interesse (tíbia, maléolo, úmero), tamanho: tamanho adulto: agulha hipodérmica 15g com trocater para acesso rápido. Registro na ANVISA. Validade de pelo menos 3 anos no momento da entrega. | Unid. | 50 |
| 22 | DISPOSITIVO PARA PUNÇÃO INTRA-ÓSSEA INFANTIL , características mínimas: indicado para acesso intra-ósseo quando um acesso venoso não é possível em situações de emergência. Regulagem de profundidade para uso infantil (0.5 a 1,5 cm) ou por região de interesse (tíbia, maléolo, úmero), tamanho: tamanho adulto: agulha hipodérmica 18g com trocater para acesso rápido. Registro na ANVISA. Validade de pelo menos 3 anos no momento da entrega. | Unid. | 30 |
| 23 | ESTETOSCOPIO BIAURICULAR, auscultador duplo adulto e infantil , fabricado em aço inox, com diafragma de epóxi ou fibra de vidro, ou material de qualidade superior, permitindo auscultar sons de frequências baixas e altas, devendo ser resistente e ajustável em ambos os lados, de alta sensibilidade acústica. com olivas de selamento suaves e vedação acústica, substituíveis e em material resistente com acabamento sem rebarbas. Registro na ANVISA. | Unid. | 40 |
| 24 | FIO GUIA DE INTUBAÇÃO TAMANHO ADULTO , em aço inoxidável com marcas de posicionamento que correspondem às extremidades do cateter. Comprimento aproximado de 45mm. Autoclavável Embalado individualmente. Com registro na ANVISA/MS. | Unid. | 100 |
| 25 | FIO GUIA DE INTUBAÇÃO TAMANHO INFANTIL , em aço inoxidável com marcas de posicionamento que correspondem às extremidades do cateter. Comprimento aproximado de 30mm. Autoclavável Embalado individualmente. Com registro na ANVISA/MS. | Unid. | 50 |
| 26 | FITA DE SINALIZAÇÃO ZEBRADA. Fita sinalização, material plástico comprimento 185 m, largura 70 mm, cor preta e amarela, aplicação sinalização de advertência, características adicionais formato em cores diagonal, zebra. | Unid. | 30 |

| | | | |
|----|---|-------|----|
| 27 | FITA TUBULAR DE 25MM. Fita tubular de 25mm, fabricada em poliéster de alta tenacidade, resistência de aproximadamente 22 kn, qualquer cor, comprimento 10m. | Unid. | 2 |
| 28 | IMOBILIZADOR DE CABEÇA E PESCOÇO da vítima de possíveis traumas na região cervical para transporte em prancha longa, constituído de 5 peças, sendo duas para as laterais da cabeça, uma base para ser fixada à prancha, um tirante para testa e um tirante para o queixo. Confeccionados em etil vinil acetato expandido reticulado com células fechadas, na cor amarela, com densidade mínima de 30 e máxima de 40, revestido com 3 camadas de resina que torna a peça impermeável, lavável e resistente. medidas: peça lateral da cabeça: 240 mm de comprimento x130 mm de altura x 70 mm de largura. base: 400 mm de comprimento x 250 mm de altura x 9mm de espessura, sendo que na região central tem um acolchoado de 100 x 250 x 9 mm que serve para apoiar a cabeça. tirante da testa: 850 mm x 30 mm, tirante do queixo: 820 mm x 30 mm. | Unid. | 72 |
| 29 | KIT TRIAGEM PARA CATÁSTROFES Kit desastre utilizado na triagem de vítimas e em situações de desastres. De acordo com os padrões internacionais, possuindo todos os itens conforme o protocolo utilizado mundialmente no atendimento a catástrofes. Deverá conter os seguintes itens: - Bolsa confeccionada em nylon com forração em nylon e dividida em compartimentos facilitando o manuseio dos itens. Possui alça de mão e alças costais para facilitar o transporte podendo também ser transportada como mochila. - 03 Coberturas para óbito; - 01 caixa de luva não cirúrgicas para procedimentos; - 01 rolo de fita zebra amarelo e preto; - 04 bandeirinhas nas cores vermelho, verde, amarelo, e preto; - 04 lonas nas cores vermelho, verde, amarelo e preto com ilhós niquelados nos 4 cantos, medindo cada uma 4m x 5m; - 01 lanterna confeccionada Plástico ABS recarregável Bi volt 110/220v com alcance de 300 metros, resistente a chuva e com iluminação ininterrupta de 20 horas; - 05 pranchetas para anotações; - 100 de cartões de triagem de vítimas; Utilizado para classificação das vítimas em processos de triagem. Os cartões são apresentados em cores padronizadas de acordo com a gravidade de cada vítima: vermelho, amarelo, verde ou preto; - 15 coletes para treinamento confeccionados em nylon nas cores vermelho, amarelo, azul, laranja e verde (sendo 3 de cada cor); | Unid. | 10 |
| 30 | LANTERNA DE CABEÇA. Descrição: material lente de policarbonato; tipo de <i>led</i> : cree xml t6, ou maior potência; alcance mínimo de iluminação: 100m; bateria: 2 baterias de lítio recarregáveis inclusas (ou bateria de melhor qualidade); tempo de iluminação mínima ininterrupta: 10 horas (potência normal); carregador bivolt e cabo USB para carga incluso. Características: acessório para utilização como lanterna de cabeça. - funções de iluminação: alta - normal - SOS. -ajuste de foco. Ajuste de ângulo vertical de iluminação. Resistente a água no mínimo ipx3. Recarregável. Peso máximo: 0,400kg. A lanterna deve possuir alças elásticas ajustáveis para fixação na cabeça ou em capacetes de segurança. | Unid. | 25 |

| | | | |
|----|---|-------|-----|
| 31 | LANTERNA RECARREGÁVEL 09 LEDS. Descrição: Lanterna recarregável, com 9 leds - brilho e durabilidade; Lanterna recarregável - rede elétrica; Econômica - não utiliza pilhas; Bivolt 110/220V; Interruptor de acendimento com 2 opções; Plugue de acordo com o padrão brasileiro; Refletores especiais que proporcionam melhor iluminação; Bateria recarregável de chumbo ácido, 4V selada, de longa duração, e capacidade de 400 mAh; Autonomia - aproximadamente 4 horas após carga completa. Garantia mínima de 06 meses. | Unid. | 20 |
| 32 | Luva de couro vaqueta , modelo petroleira, com CA do MTE, confeccionada em vaqueira integral, com reforço na região palmar, acabamento do punho em viés, com elástico para ajuste do dorso, impermeabilidade química, resistente contra agentes abrasivos, corte, e rasgamento, material de alta qualidade, couro macio de alta mobilidade, com boa absorção de suor e design ergonômico. | Par | 30 |
| 33 | LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA , NO TAMANHO G (10,0-10,5), NA COR VERDE, CANO LONGO COM NO MÍNIMO 46 CM; COM PUNHO DO MESMO MATERIAL DA LUVA, DORSO NORMAL COM ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTAS DOS DEDOS, FORMATO ANATOMICO SEM FORRO. O EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO, EMITIDO PELO MINISTERIO DO TRABALHO | Par | 100 |
| 34 | LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA , NO TAMANHO MEDIO (9,0-9,5), NA COR VERDE, CANO LONGO COM NO MÍNIMO 46 CM; COM PUNHO DO MESMO MATERIAL DA LUVA, DORSO NORMAL COM ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTAS DOS DEDOS, FORMATO ANATOMICO SEM FORRO. O EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO, EMITIDO PELO MINISTERIO DO TRABALHO. | Par | 50 |
| 35 | LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA , NO TAMANHO P (8,0-8,5), NA COR VERDE, CANO LONGO COM NO MÍNIMO 46 CM; COM PUNHO DO MESMO MATERIAL DA LUVA, DORSO NORMAL COM ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTAS DOS DEDOS, FORMATO ANATOMICO SEM FORRO. O EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO, EMITIDO PELO MINISTERIO DO TRABALHO. | Par | 50 |

| | | | |
|----|--|---------|-----|
| 36 | <p>MACA SCOOP (maca tipo concha, maca colher)</p> <p>APLICAÇÃO: Resgate e transporte manual de pacientes e vítimas de acidentes</p> <p>CARACTERÍSTICA(S): Projetada de modo a facilitar a imobilização e remoção sem a necessidade de rolar ou erguer o paciente como nas pranchas de imobilização; Com acabamento nas extremidades e sem reentrâncias que poderiam provocar ferimentos e/ou deposição de sujidades de difícil remoção; Capacidade de carga mínima de 150 Kg.</p> <p>DESCRIÇÃO: Maca tipo tesoura/ colher, confeccionada em tubos e placas de alumínio; a base em chapa de alumínio com formato arredondado e acabamento nas extremidades; com sistema de engate/desengate rápido que permite a separação longitudinal em duas partes que podem ser colocadas por baixo da vítima sem a necessidade de movimentá-la e após, unir as partes novamente, formando um único conjunto; o sistema de engate/desengate deve ser resistente, seguro e estável durante o transporte da vítima; com no mínimo dois cintos de segurança com sistema de engate rápido e removíveis para limpeza;</p> <p>MEDIDAS APROXIMADAS: 2,0 m (comprimento) x 0,4 m (largura).</p> <p>ACONDICIONAMENTO: original de fábrica com identificação e quantidade do material.</p> <p>GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.</p> | Unid | 12 |
| 37 | <p>MANTA TÉRMICA ALUMINIZADA resgate 2,10 x 1,40, cobertor térmico de emergência confeccionado em polietileno aluminizado, destinado a manter a vítima aquecida. características: não deformável, isolante térmico de baixo peso, resistente ao atrito como solo, mantém o calor interno e reflete o calor externo, tamanho de aproximadamente 2,10x1,40cm.</p> | Unid. | 360 |
| 38 | <p>PAPEL PARA DESFIBRILADOR, dimensões 48mm x 30m, termossensível, com dados de identificação do produto e do fabricante, nº do lote, data de fabricação e data de validade. Registro na ANVISA.</p> | Rolo | 36 |
| 39 | <p>PASTA MEDICAÇÃO, confeccionada em nylon rip stop, impermeável, abertura total, fecho através de zíper resistente. Internamente: com divisórias de elástico resistente, com capacidade de armazenamento de no mínimo 100 ampolas de medicamentos de tamanhos diferentes, com 02 bolsas transparentes com fixador em velcro, lavável, excelente acabamento, medindo aproximadamente 35 cm (comprimento) x 25 cm (largura) x 7 cm (profundidade), na cor preta. Com bordado eletrônico da logomarca do SAMU 192.</p> | Unid. | 10 |
| 40 | <p>PILHA - TIPO ALCALINA, TAMANHO C, VOLTAGEM 1,5V. EMBALAGEM COM 2 UNIDADES. DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 401, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2008 E SER CERTIFICADA PELO INMETRO OU INSTITUTO POR ELE CREDENCIADO.</p> | Unidade | 100 |

| | | | |
|----|--|---------|-----|
| 41 | PILHA RECARREGÁVEL NIMH 1,2 V TAMANHO “AA” (PEQUENA) CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: - DEVERÃO POSSUIR TENSÃO NOMINAL DE 1,2V; - DEVERÃO POSSUIR CAPACIDADE MÍNIMA DE 2500 MAH; - DEVERÃO POSSUIR VIDA ÚTIL SUPERIOR A 1000 CICLOS DE CARGA; - DEVERÃO SER DO TAMANHO AA - DE ACORDO COM A DENOMINAÇÃO ABNT/ IEC: KR6. - DEVERÃO ATENDER OS CRITÉRIOS E AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PREVISTA NAS NORMAS VIGENTES; LEI 12.305/2010, IN IBAMA Nº 06/2013 E RESOLUÇÃO CONAMA 401/2008. - A VALIDADE DAS PILHAS RECARREGÁVEIS DEVERÁ SER DE, NO MÍNIMO, 24 (VINTE E QUATRO) MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO MATERIAL. - AS PILHAS RECARREGÁVEIS DEVERÃO CONTER EM SUA EMBALAGEM AS SEGUINTE INFORMações: TEXTO EM PORTUGUÊSDADOS DO FABRICANTE/ IMPORTADOR/ DISTRIBUIDOR; ORIGEM DO PRODUTO; TIPO DE PILHA (AA); COMPOSIÇÃO DO PRODUTO; VALIDADE DO PRODUTO; SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS O USO. - DEVERÁ POSSUIR CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS SIMILARES OU SUPERIORES ÀS MARCAS: DURACELL, PANASONIC OU SONY. AS MARCAS ENUMERADAS SERVEM APENAS COMO REFERÊNCIA PARA AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS. | Unidade | 100 |
| 42 | PILHA RECARREGÁVEL NIMH 1,2 V TAMANHO “AAA” (PALITO) CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: - DEVERÃO POSSUIR TENSÃO NOMINAL DE 1,2V; - DEVERÃO POSSUIR CAPACIDADE MÍNIMA DE 900 MAH; - DEVERÃO POSSUIR VIDA ÚTIL SUPERIOR A 1000 CICLOS DE CARGA; - DEVERÃO SER DO TAMANHO AAA - DE ACORDO COM A DENOMINAÇÃO ABNT/ IEC: KR6. - DEVERÃO ATENDER OS CRITÉRIOS E AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PREVISTA NAS NORMAS VIGENTES; LEI 12.305/2010, IN IBAMA Nº 06/2013 E RESOLUÇÃO CONAMA 401/2008. - A VALIDADE DAS PILHAS RECARREGÁVEIS DEVERÁ SER DE, NO MÍNIMO, 24 (VINTE E QUATRO) MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO MATERIAL. - AS PILHAS RECARREGÁVEIS DEVERÃO CONTER EM SUA EMBALAGEM AS SEGUINTE INFORMações: TEXTO EM PORTUGUÊSDADOS DO FABRICANTE/ IMPORTADOR/ DISTRIBUIDOR; ORIGEM DO PRODUTO; TIPO DE PILHA (AA); COMPOSIÇÃO DO PRODUTO; VALIDADE DO PRODUTO; SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS O USO. - DEVERÁ POSSUIR CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS SIMILARES OU SUPERIORES ÀS MARCAS: DURACELL, PANASONIC OU SONY. AS MARCAS ENUMERADAS SERVEM APENAS COMO REFERÊNCIA PARA AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS. | Unidade | 100 |
| 43 | PINÇA MAGIL 15 cm , confeccionada em aço inoxidável AISI420. | Unid | 6 |
| 44 | PINÇA MAGIL 25 cm , confeccionada em aço inoxidável AISI420. | Unid | 6 |
| 45 | Prancha longa de polietileno , pesando aproximadamente 7kg, com capacidade para aproximadamente 160kg, comprimento 1800mm, largura 450mm, tolerância de ± 10 mm, espessura média de 60 mm, tolerância ± 10 mm, na cor amarela. | Unid. | 30 |
| 46 | PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG , com três flanges, de silicone farmacêutico, com cordão de algodão antialérgico, atóxico e lavável, com certificado de aprovação. | Unid. | 50 |

| | | | |
|----|---|-------|-----|
| 47 | PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO TIPO MÃE/FILHO. Pulseira identificação mãe/filho com impressão numérica na superfície, confeccionada em plástico extra-soft, resistente e antialérgico, com pontos para regulagem. Modelo mãe com área para inscrição com dimensões aproximadas de 2,5 x 6,2cm. Modelo filho com área para inscrição com dimensões aproximadas de 1,8x3,4cm. Ambas devem permitir o uso durante a realização de exames. Deve possuir bordas laterais delicadas que não agridem a pele. Apresentação em conjunto de duas pulseiras destacáveis. Produto não estéril. Embalagem com os dados de identificação do produto, composição, número, registro na ANVISA. | Unid. | 200 |
| 48 | RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL, confeccionado em elastômero, com borda interna e dois conectores para fixação dos filtros. Nas laterais do corpo da peça devem estar localizadas duas aberturas, uma de cada lado, nas quais são encaixados dois suportes plásticos, dotados, cada um deles, de uma válvula de inalação em sua parte traseira e de uma rosca externa em sua parte dianteira, onde são rosqueados os filtros químicos. A peça facial possui uma abertura localizada em sua parte central, na qual é fixado um dispositivo plástico, dotado, internamente, de uma válvula de exalação e de uma tampa de mesma cor, com encaixe tipo pressão. Nas laterais do corpo da peça estão localizadas quatro alças, duas superiores e duas inferiores, feitas do mesmo material que constitui a peça, onde estão fixadas quatro presilhas plásticas com regulagem, através das quais passam as pontas de dois tirantes elásticos. O equipamento deve atender a norma ABNT NBR 13694 e possuir CA. Cada respirador deverá vir acompanhado de 3 pares de cartuchos (filtro) contra vapores orgânicos e ácidos , com certificado de aprovação (CA). | Unid. | 20 |
| 49 | Tala moldável em E.V.A tam M - tala aramada "M" para imobilização, moldável revestida de material antialérgico, cobertas com espuma macia tipo EVA (etil vinil acetato) especial, com espessura de 4mm - colorido para identificar o seu tamanho, confeccionada em tela aramada com espessura de 3 mm e transversais com 2 mm, maleável, galvanizada, podendo ser lavada e reutilizada. Espessura da tala: 8mm, pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze; tamanho m - 63 x 9cm. Garantia de 30 dias contra defeitos e/ou vícios de fabricação. | Unid. | 50 |
| 50 | TALA MOLDÁVEL EM E.V.A. Tam EGG - tala aramada para imobilização, moldável revestida de material antialérgico, cobertas com espuma macia tipo E.V.A. (etil vinil acetato) especial, com espessura de 4mm - colorido para identificar o seu tamanho, confeccionada em tela aramada com espessura de 3 mm e transversais com 2 mm, maleável, galvanizada, podendo ser lavada e reutilizada. Espessura da tala: 8mm, pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze; tamanho EGG - 120 x 12cm. Garantia de 30 dias contra defeitos e/ou vícios de fabricação. | Unid. | 50 |
| 51 | TALA MOLDÁVEL EM E.V.A. tam G - tala aramada "G" para imobilização, moldável revestida de material antialérgico, cobertas com espuma macia tipo EVA (etil vinil acetato) especial, com espessura de 4mm - colorido para identificar o seu tamanho, confeccionada em tela aramada com espessura de 3 mm e transversais com 2 mm, maleável, galvanizada. Podendo ser lavada e reutilizada. Espessura da tala: 8mm, pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze; tamanho G -86,5 x 10,0cm. Garantia de 30 dias contra defeitos e/ou vícios de fabricação. | Unid. | 50 |

| | | | |
|----|--|---------|----|
| 52 | TALA MOLDÁVEL EM E.V.A. TAM P Tala aramada "P" para imobilização, moldável revestida de material antialérgico, cobertas com espuma macia tipo EVA (etil vinil acetato) especial, com espessura de 4mm - colorido para identificar o seu tamanho, confeccionada em tela aramada com espessura de 3 mm e transversais com 2 mm, maleável, galvanizada, podendo ser lavada e reutilizada. Espessura da tala: 8mm, pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze; tamanho P - 53 x 8cm. Garantia de 30 dias contra defeitos e/ou vícios de fabricação. | Unid. | 50 |
| 53 | TALA MOLDÁVEL EM E.V.A. TAM PP Tala aramada "PP" para imobilização, moldável revestida de material antialérgico, cobertas com espuma macia tipo EVA (etil vinil acetato) especial, com espessura de 4mm - colorido para identificar o seu tamanho, confeccionada em tela aramada com espessura de 3 mm e transversais com 2 mm, maleável, galvanizada, podendo ser lavada e reutilizada. espessura da tala: 8mm, pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze; tamanho PP - 30 x 8cm. garantia de 30 dias contra defeitos e/ou vícios de fabricação. | Unid. | 50 |
| 54 | Tala moldável em E.V.A. TAM. GG - tala aramada "GG" para imobilização, moldável revestida de material antialérgico, cobertas com espuma macia tipo EVA (etil vinil acetato) especial, com espessura de 4mm - colorido para identificar o seu tamanho, confeccionada em tela aramada com espessura de 3 mm e transversais com 2 mm, maleável, galvanizada, podendo ser lavada e reutilizada. Espessura da tala: 8mm, pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze; tamanho GG - 102 x 11,5cm. Garantia de 30 dias contra defeitos e/ou vícios de fabricação. | Unid. | 50 |
| 55 | TESOURA PARA RESGATE PONTA ROMBA , ponta romba grossa, entre 17cm e 20cm, angulo 45 graus; em aço inoxidável de acordo a norma NBR 7153-1. Com registro na ANVISA e atender as NBR 13402; 13851; 13852; 13912; 14175 e 13916. Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação, identificação na peça que permita saber o fabricante. Cabo de cor preta. | Unid | 50 |
| 56 | TESOURA TIPO METZEMBAUM , MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO 18 CM, TIPO PONTA RETA. | Unid | 15 |
| 57 | Tirantes para fixação de vítimas na maca , rígido tamanho adulto, em ambiente pré-hospitalar: conjunto de correias para a fixação da vítima sobre a maca rígida, confeccionado em material tipo nylon de 5 cm de largura, em cores vivas, modelo "aranha" . O conjunto deverá possuir um tirante principal (longitudinal) de no mínimo 1,10 m de comprimento e mais 4 tirantes transversais que permitam regulagem na altura, conforme o tamanho ideal para a vítima. Deverá possuir também um sistema de regulagem que permita seu aumento em pelo menos 15 cm. Todo o conjunto deverá possuir costuras resistentes e suportar um esforço de tração de no mínimo 500 kgf. o sistema de fixação dos tirantes transversais deverá ser com velcro da mesma largura do tirante. A parte superior do tirante principal deverá possuir um sistema de fixação em "v" para sustentar a vítima presa a partir de seus ombros e impedir sua movimentação para cima durante esforços de aceleração da viatura. Possuir registro na ANVISA. | Unid. | 50 |
| 58 | VALVULA REDUTORA PRESSAO , UTILIZACAO: CILINDRO, TIPO GAS: OXIGENIO, MATERIAL: LATAO, ACABAMENTO: CROMADO, PRESSAO SAIDA: AJUSTAVEL, ESCALA MANOMETRO: 0 A 11 KGF/CM2, BOTAO: CONTROLE DA PRESSAO DE SAIDA, PADRAO ROSCA: ABNT, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE. Regulador de pressão de oxigênio 3.000 PSI | Unidade | 5 |

| | | | |
|----|---|---------|---|
| 59 | PINÇA HARTMANN JACARÉ, 9CM. PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL COM EXTRA TRATAMENTO CONTRA OXIDAÇÃO. INSTRUMENTO CIRÚRGICO ARTICULADO NÃO CORTANTE. EM CONFORMIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS DA ABNT NO QUE COUBER. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE. | Unidade | 5 |
| 60 | PINÇA HARTMANN JACARÉ, 15CM. PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL COM EXTRA TRATAMENTO CONTRA OXIDAÇÃO. INSTRUMENTO CIRÚRGICO ARTICULADO NÃO CORTANTE. EM CONFORMIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS DA ABNT NO QUE COUBER. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE. | Unidade | 5 |

DAS ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS E SISTEMAS, QUANTIDADES:

| ESTIMATIVA DE CONSUMO RELATIVA - REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPECÍFICOS DO SAMU (SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA) | | | | | | |
|--|--|---------|---------------------------|---------------------------|----------------|-------------------|
| Item | Descrição | Unidade | Quantidade mínima por ano | Quantidade máxima por ano | Valor unitário | Valor total anual |
| 1 | AVENTAL PARA PROTEÇÃO DO TRONCO contra riscos de origem química e umidade proveniente de operações com água, confeccionado em lâmina de cloreto de povinila (PVC), cristal, impermeável a líquidos corrosivos. Modelo frontal, com tiras de fixação ajustáveis no pescoço e na cintura. deverá atender os requisitos mínimos de desempenho descritos nas normas ISO 16602;2007 e BS 3546;1974 e outras que se apliquem. dimensões aproximadas: 1,20 m de comprimento por 0,70 m de largura. | Unid. | 1 | 36 | R\$:96,93 | R\$:3.489,48 |
| 2 | BANDAGEM TRIANGULAR DESCARTÁVEL 1,00 x 1,00 x 1,40 metros. Confeccionada em 100% algodão, sem tinturas ou tingimentos, com acabamento em 'overloque' nas bordas. Isenta de substâncias alergênicas ou nocivas à saúde. Alvejada, absorvente, com acabamento perfeito sem rebarbas, resistente, isenta de impurezas, emendas, falhas, furos, manchas ou qualquer outro defeito prejudicial ao seu uso. Medidas aproximadas 1,0 m x 1,0 m x 1,40 m, com variação (5%+-). Registro na ANVISA. | Unid. | 1 | 240 | R\$:13,43 | R\$:3.223,20 |

| | | | | | | |
|---|--|-------|---|----|------------|---------------|
| 3 | BOLSA DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TIPO APH SAMU Características: - Confeccionada em tecido amalfi 300/900, nylon 70, manta hidrorrepelente e térmica ou materiais com especificações superiores. Dimensões aproximadas 66cm x 43cm x 24cm (comprimento x largura x altura); Deve possuir logotipo do SAMU na parte frontal; Impermeável; Deve possuir faixa refletiva; Deve ter divisórias internas removíveis, fixadas apenas com botões de pressão; Deve possuir cintas elásticas para fixação de materiais de resgate; Deve possuir bolso com tela com abertura por zíper; Deve possuir 1 bolso principal (zíper com 2 cursores), 1 bolso frontal, 1 bolso posterior e 2 bolsos laterais; Deve possuir costura dupla; Deve possuir alça de ombro com regulagem e outra para as mãos; Deve possuir 4 pés protetores; Deve vir na cor vermelha. | Unid. | 1 | 60 | R\$:352,08 | R\$:21.124,80 |
| 4 | BOLSA MOCHILA MEDICAMENTOS – TIPO SAMU Características: - Confeccionada em tecido nylon 600, nylon 70, manta hidrorrepelente e térmica ou materiais com especificações superiores. Com costura dupla. - Dimensões aproximadas 40cm x 25cm x 40cm (comprimento x largura x altura) - Deve possuir logotipo do SAMU na parte frontal - Deve possuir no mínimo 1 bolso principal - Deve possuir na parte interna no mínimo 27 compartimentos em plástico transparente com fechamento em velcro e divididos em no mínimo 3 cartelas removíveis. - Deve possuir no mínimo 1 bolso interno com zíper - Deve possuir alças tipo mochila e outra para as mãos - Deve possuir faixa refletiva | Unid. | 1 | 30 | R\$:252,92 | R\$:7.587,60 |

| | | | | | | |
|----|---|-------|---|-----|-----------|--------------|
| 5 | BOLSA TIPO MOCHILA , confeccionada em tecido do tipo cordura, nas dimensões mínimas de 30 cm x 60 cm x 30 cm de altura, com abertura na parte superior em material do tipo zíper plástico resistente, com alças que passem por baixo do corpo da bolsa para aumentar sua resistência e com o logotipo do SAMU, conforme manual de aplicação, sobre a tampa superior da, com 2 repartições com bolsos e velcros de fixação, na cor vermelha | Unid. | 1 | 30 | R\$:82,71 | 2.481,30 |
| 6 | Bota segurança , material borracha, material sola borracha antiderrapante, cor preta, tipo cano longo tamanho 36 | Par | 1 | 2 | R\$:88,69 | R\$:177,38 |
| 7 | Bota segurança , material borracha, material sola borracha antiderrapante, cor preta, tipo cano longo tamanho 38 | Par | 1 | 2 | R\$:87,11 | R\$:174,22 |
| 8 | Bota segurança , material borracha, material sola borracha antiderrapante, cor preta, tipo cano longo tamanho 40 | Par | 1 | 5 | R\$:85,02 | R\$:425,10 |
| 9 | Bota segurança , material borracha, material sola borracha antiderrapante, cor preta, tipo cano longo tamanho 42 | Par | 1 | 15 | R\$:83,50 | R\$:1.252,50 |
| 10 | Bota segurança , material borracha, material sola borracha antiderrapante, cor preta, tipo cano longo tamanho 44 | Par | 1 | 15 | R\$:87,45 | R\$:1.311,75 |
| 11 | CAPA DE CHUVA COM CAPUZ , confeccionada em PVC na Cor amarela, com abertura frontal através de botões de pressão. Costura através de solda eletrônica. Forrada com trama de poliéster. Tamanhos: - Tamanho M com medidas aproximadas - Comprimento: 95 cm, Largura: 50 cm, Manga: 65 cm: 50 unidades - Tamanho G com medidas aproximadas - Comprimento: 100 cm, Largura: 65 cm, Manga: 72 cm: 50 unidades | Unid. | 1 | 100 | R\$:41,17 | R\$:4.117,00 |
| 12 | CAPACETE DE SEGURANÇA , modelo aba frontal com jugular, classe B. especificações: cores diversas, cinta com absorvedor de suor, material de polietileno. Padrão ABNT NBR 8221, carneira com 04 pontos e ajustável com catraca giratória, revestimento em espuma, sem protetor auditivo. Cor azul escuro. Com certificado de aprovação expedido pelo ministério do trabalho e emprego na situação de validade. | Unid. | 1 | 30 | R\$:78,00 | R\$:2.340,00 |

| | | | | | | |
|----|--|-------|---|-----|------------|---------------|
| 13 | CLAMP UMBILICAL , descartável, sistema tipo pinça em "V" com vedação definitiva, em PVC atóxico, estéril. Embalagem individual. Validade mínima de 36 meses a partir da data de entrega. | Unid | 1 | 100 | R\$:3,37 | R\$:337,00 |
| 14 | COLAR CERVICAL AJUSTÁVEL 4 x 1 Adulto , com sistema de fechamento unidirecional, não precisando ser ajustado fora da vítima. Quatro posições de anel ajustável. Quatro tamanhos em um. Dispositivo integrado para faixas de velcro. Dois mecanismos de extensão para facilitar a adaptação a qualquer paciente adulto. Travas automáticas para assegurar o tamanho selecionado. Trilhas de ajuste para assegurar o alinhamento simétrico do tamanho. Ótima avaliação visual. Abertura traqueal grande para ter fácil acesso para verificação dos pulsos, procedimentos de vias respiratórias e visualização através do orifício superdimensionado na traquéia. Fácil acesso a técnicas avançadas de vias aéreas, com engates para fixação da máscara de O2. Abertura do painel traseiro para apalpação cervical. | Unid. | 1 | 150 | R\$:135,05 | R\$:20.257,50 |
| 15 | COLAR CERVICAL AJUSTÁVEL 4 x 1 Pediátrico ; colar facilmente ajustável e montado por inteiro, com sistema de fechamento unidirecional, não precisando ser ajustado fora da vítima. Maior dimensionamento para se ajustar a pacientes pediátricos. Dispositivo de fixação integrado a faixa de velcro para melhorar o desempenho em várias condições ambientais. Design aperfeiçoado para satisfazer as características anatômicas específicas da criança. Deve ser revestido de espuma macia tipo EVA (etilvinilcetato) especial. Fecho com velcro de 50mm em um dos lados. Regulagem da altura através de um sistema duplo de trilhos nas duas laterais da parte anterior do colar, com fixação através de botão com encaixe sob pressão. Ótima avaliação visual. Aberturas traqueais e do painel traseiro superdimensionado para supervisão avançada das vias aéreas e avaliação progressiva da coluna cervical. Transparente a radiação, compatível a varredura por ressonância magnética e tomografia computadorizada. Travas para assegurar o tamanho selecionado. | Unid. | 1 | 60 | R\$:98,26 | R\$:5.895,60 |

| | | | | | | |
|----|--|-------|---|----|------------|--------------|
| 16 | COLAR CERVICAL NEONATAL: colar cervical de polietileno de alta densidade, com espessura mínima de 1,5mm, permitindo uma maior resistência e apoio. Revestido de espuma tipo E.V.A. (etil vinil acetato), especial, virgem sem resíduos de chumbo; botões fabricados com material plástico resistente, permitindo a rádio transparência para raio x; apresenta na parte posterior 02 aberturas para palpação da nuca e na parte anterior abertura para verificação do pulso carotídeo e acesso a traquéia. Tamanho neonatal. | Unid. | 1 | 36 | R\$:57,94 | R\$:2.085,84 |
| 17 | COLCHÃO HOSPITALAR PARA MACA DO SAMU, DEVE APRESENTAR FORRO IMPERMEÁVEL E LAVÁVEL, COM ESPUMA EM 100% POLIURETANO E COM DENSIDADE MÍNIMA DE 33; POSSUIR CAPA CONFECCIONADA EM COURVIM (NAPA), NA COR VERDE BANDEIRA, QUE DEVE CONTER SILKSCREN, COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 20X 30 CM, ESTÁ PRESENTE NOS DOIS LADOS DO COLCHÃO E POSSUIR O NOME DO MUNICÍPIO “ANÁPOLIS-GO”, ABAIXO DO NOME SAMU 192. DEVE APRESENTAR AS SEGUINTE DIMENSÕES, PODENDO TER VARIAÇÃO +- 10%: COMPRIMENTO DE 1820 MM; LARGURA DE 480 MM E ESPESSURA DE 60 MM. O PRODUTO DEVE SER RESISTENTE AOS PROCESSOS DE HIGIENIZAÇÃO, NO MÍNIMO, COM O USO DE HIPOCLORITO A 1%. | Unid. | 1 | 30 | R\$:263,23 | R\$:7.896,90 |
| 18 | CONE PARA SINALIZAÇÃO DE TRÁFEGO: confeccionado em borracha (flexível), inquebrável, resistente às intempéries, altura de 75 cm e peso entre 3kg a 4kg; deve ser constituído de uma única peça; deve possuir flexibilidade tal que, quando finaliza da a aplicação de um esforço, volte à forma primitiva sem apresentar ruptura e deformações permanentes; a deformação elástica deve ser reversível e desaparecer quando a tensão for removida; deve ser predominantemente laranja com duas faixas retro-refletivas, auto-adesivas, flexíveis, brancas com 10cm de largura cada. as faixas retro-refletivas devem ter refletividade; as especificações dos materiais do cone devem atender às exigências contidas na nbr 15071. | Unid. | 1 | 24 | R\$:151,52 | R\$:3.636,48 |

| | | | | | | |
|----|--|----------|---|----|------------|---------------|
| 19 | CONJUNTO DE PÁS ADESIVAS DESCARTÁVEIS PARA DEA INSTRAMED MODELO I.ON LED. Conjunto contendo 2 pás adesivas descartáveis, originais, tamanho adulto , para desfibrilador externo automático (DEA) e compatíveis com o equipamento DEA I.ON LED (marca INSTRAMED). | Conjunto | 1 | 30 | R\$:737,41 | R\$:22.122,30 |
| 20 | CONJUNTO DE PÁS ADESIVAS DESCARTÁVEIS PARA DEA INSTRAMED MODELO I.ON LED. Conjunto contendo 2 pás adesivas descartáveis, originais, tamanho infantil , para desfibrilador externo automático (DEA) e compatíveis com o equipamento DEA I.ON LED (marca INSTRAMED). | Conjunto | 1 | 10 | R\$:688,48 | R\$:6.884,80 |
| 21 | DISPOSITIVO PARA PUNÇÃO INTRA-ÓSSEA ADULTO , características mínimas: indicado para acesso intra-ósseo quando um acesso venoso não é possível em situações de emergência. Regulagem de profundidade para uso adulto (0.5 a 2,5 cm) ou por região de interesse (tíbia, maléolo, úmero), tamanho: tamanho adulto: agulha hipodérmica 15g com trocater para acesso rápido. Registro na ANVISA. Validade de pelo menos 3 anos no momento da entrega. | Unid. | 1 | 50 | R\$:997,31 | R\$:49.865,50 |
| 22 | DISPOSITIVO PARA PUNÇÃO INTRA-ÓSSEA INFANTIL , características mínimas: indicado para acesso intra-ósseo quando um acesso venoso não é possível em situações de emergência. Regulagem de profundidade para uso infantil (0.5 a 1,5 cm) ou por região de interesse (tíbia, maléolo, úmero), tamanho: tamanho adulto: agulha hipodérmica 18g com trocater para acesso rápido. Registro na ANVISA. Validade de pelo menos 3 anos no momento da entrega. | Unid. | 1 | 30 | R\$:943,33 | R\$:28.299,90 |
| 23 | ESTETOSCOPIO BIAURICULAR, auscultador duplo adulto e infantil , fabricado em aço inox, com diafragma de epóxi ou fibra de vidro, ou material de qualidade superior, permitindo auscultar sons de frequências baixas e altas, devendo ser resistente e ajustável em ambos os lados, de alta sensibilidade acústica. com olivas de selamento suaves e vedação acústica, substituíveis e em material resistente com acabamento sem rebarbas. Registro na ANVISA. | Unid. | 1 | 40 | R\$:183,97 | R\$:7.358,80 |

| | | | | | | |
|----|---|-------|---|-----|------------|---------------|
| 24 | FIO GUIA DE INTUBAÇÃO TAMANHO ADULTO , em aço inoxidável com marcas de posicionamento que correspondem às extremidades do cateter. Comprimento aproximado de 45mm. Autoclavável Embalado individualmente. Com registro na ANVISA/MS. | Unid. | 1 | 100 | R\$:35,13 | R\$:3.513,00 |
| 25 | FIO GUIA DE INTUBAÇÃO TAMANHO INFANTIL , em aço inoxidável com marcas de posicionamento que correspondem às extremidades do cateter. Comprimento aproximado de 30mm. Autoclavável Embalado individualmente. Com registro na ANVISA/MS. | Unid. | 1 | 50 | R\$:27,68 | R\$:1.384,00 |
| 26 | FITA DE SINALIZAÇÃO ZEBRADA . Fita sinalização, material plástico comprimento 185 m, largura 70 mm, cor preta e amarela, aplicação sinalização de advertência, características adicionais formato em cores diagonal, zebraada. | Unid. | 1 | 30 | R\$:26,70 | R\$:801,00 |
| 27 | FITA TUBULAR DE 25MM . Fita tubular de 25mm, fabricada em poliéster de alta tenacidade, resistência de aproximadamente 22 kn, qualquer cor, comprimento 10m. | Unid. | 1 | 2 | R\$:39,66 | R\$:79,32 |
| 28 | IMOBILIZADOR DE CABEÇA E PESCOÇO da vítima de possíveis traumas na região cervical para transporte em prancha longa, constituído de 5 peças, sendo duas para as laterais da cabeça, uma base para ser fixada à prancha, um tirante para testa e um tirante para o queixo. Confeccionados em etil vinil acetato expandido reticulado com células fechadas, na cor amarela, com densidade mínima de 30 e máxima de 40, revestido com 3 camadas de resina que torna a peça impermeável, lavável e resistente. medidas: peça lateral da cabeça: 240 mm de comprimento x 130 mm de altura x 70 mm de largura. base: 400 mm de comprimento x 250 mm de altura x 9mm de espessura, sendo que na região central tem um acolchoado de 100 x 250 x 9 mm que serve para apoiar a cabeça. tirante da testa: 850 mm x 30 mm, tirante do queixo: 820 mm x 30 mm. | Unid. | 1 | 72 | R\$:151,52 | R\$:10.909,44 |

| | | | | | | |
|----|---|-------|---|----|--------------|---------------|
| 29 | <p>KIT TRIAGEM PARA CATÁSTROFES</p> <p>Kit desastre utilizado na triagem de vítimas e em situações de desastres. De acordo com os padrões internacionais, possuindo todos os itens conforme o protocolo utilizado mundialmente no atendimento a catástrofes. Deverá conter os seguintes itens:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bolsa confeccionada em nylon com forração em nylon e dividida em compartimentos facilitando o manuseio dos itens. Possui alça de mão e alças costais para facilitar o transporte podendo também ser transportada como mochila. - 03 Coberturas para óbito; - 01 caixa de luva não cirúrgicas para procedimentos; - 01 rolo de fita zebra amarelo e preto; - 04 bandeirinhas nas cores vermelho, verde, amarelo, e preto; - 04 lonas nas cores vermelho, verde, amarelo e preto com ilhós niquelados nos 4 cantos, medindo cada uma 4m x 5m; - 01 lanterna confeccionada Plástico ABS recarregável Bi volt 110/220v com alcance de 300 metros, resistente a chuva e com iluminação ininterrupta de 20 horas; - 05 pranchetas para anotações; - 100 de cartões de triagem de vítimas; Utilizado para classificação das vítimas em processos de triagem. Os cartões são apresentados em cores padronizadas de acordo com a gravidade de cada vítima: vermelho, amarelo, verde ou preto; - 15 coletes para treinamento confeccionados em nylon nas cores vermelho, amarelo, azul, laranja e verde (sendo 3 de cada cor); | Unid. | 1 | 10 | R\$:2.182,00 | R\$:21.820,00 |
|----|---|-------|---|----|--------------|---------------|

| | | | | | | |
|----|--|-------|---|----|------------|--------------|
| 30 | <p>LANTERNA DE CABEÇA. Descrição: material lente de policarbonato; tipo de <i>led</i>: cree xml t6, ou maior potência; alcance mínimo de iluminação: 100m; bateria: 2 baterias de lítio recarregáveis inclusas (ou bateria de melhor qualidade); tempo de iluminação mínima ininterrupta: 10 horas (potência normal); carregador bivolt e cabo USB para carga incluso. Características: acessório para utilização como lanterna de cabeça. - funções de iluminação: alta - normal - SOS. -ajuste de foco. Ajuste de ângulo vertical de iluminação. Resistente a água no mínimo ipx3. Recarregável. Peso máximo: 0,400kg. A lanterna deve possuir alças elásticas ajustáveis para fixação na 1cabeça ou em capacetes de segurança.</p> | Unid. | 1 | 25 | R\$:240,33 | R\$:6.008,25 |
| 31 | <p>LANTERNA RECARREGÁVEL 09 LEDS. Descrição: Lanterna recarregável, com 9 leds - brilho e durabilidade; Lanterna recarregável - rede elétrica; Econômica - não utiliza pilhas; Bivolt 110/220V; Interruptor de acendimento com 2 opções; Plugue de acordo com o padrão brasileiro; Refletores especiais que proporcionam melhor iluminação; Bateria recarregável de chumbo ácido, 4V selada, de longa duração, e capacidade de 400 mAh; Autonomia - aproximadamente 4 horas após carga completa. Garantia mínima de 06 meses.</p> | Unid. | 1 | 20 | R\$:78,86 | R\$:1.577,20 |
| 32 | <p>Luva de couro vaqueta, modelo petroleira, com CA do MTE, confeccionada em vaqueira integral, com reforço na região palmar, acabamento do punho em viés, com elástico para ajuste do dorso, impermeabilidade química, resistente contra agentes abrasivos, corte, e rasgamento, material de alta qualidade, couro macio de alta mobilidade, com boa absorção de suor e design ergonômico.</p> | Par | 1 | 30 | R\$:36,67 | R\$:1.100,10 |

| | | | | | | |
|----|--|-----|---|-----|-----------|--------------|
| 33 | LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA , NO TAMANHO G (10,0-10,5), NA COR VERDE, CANO LONGO COM NO MÍNIMO 46 CM; COM PUNHO DO MESMO MATERIAL DA LUVA, DORSO NORMAL COM ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTAS DOS DEDOS, FORMATO ANATOMICO SEM FORRO. O EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO, EMITIDO PELO MINISTERIO DO TRABALHO | Par | 1 | 100 | R\$:28,48 | R\$:2.848,00 |
| 34 | LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA , NO TAMANHO MEDIO (9,0-9,5), NA COR VERDE, CANO LONGO COM NO MÍNIMO 46 CM; COM PUNHO DO MESMO MATERIAL DA LUVA, DORSO NORMAL COM ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTAS DOS DEDOS, FORMATO ANATOMICO SEM FORRO. O EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO, EMITIDO PELO MINISTERIO DO TRABALHO. | Par | 1 | 50 | R\$:28,36 | R\$:1.418,00 |
| 35 | LUVA DE SEGURANÇA, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA , NO TAMANHO P (8,0-8,5), NA COR VERDE, CANO LONGO COM NO MÍNIMO 46 CM; COM PUNHO DO MESMO MATERIAL DA LUVA, DORSO NORMAL COM ANTIDERRAPANTE NA PALMA, FACE PALMAR DOS DEDOS E PONTAS DOS DEDOS, FORMATO ANATOMICO SEM FORRO. O EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DEVERÁ POSSUIR CERTIFICADO DE APROVAÇÃO (CA) VÁLIDO, EMITIDO PELO MINISTERIO DO TRABALHO. | Par | 1 | 50 | R\$:28,00 | R\$:1.400,00 |

| | | | | | | |
|----|--|-------|---|-----|--------------|---------------|
| 36 | <p>MACA SCOOP (maca tipo concha, maca colher)</p> <p>APLICAÇÃO: Resgate e transporte manual de pacientes e vítimas de acidentes</p> <p>CARACTERÍSTICA(S): Projetada de modo a facilitar a imobilização e remoção sem a necessidade de rolar ou erguer o paciente como nas pranchas de imobilização; Com acabamento nas extremidades e sem reentrâncias que poderiam provocar ferimentos e/ou deposição de sujidades de difícil remoção; Capacidade de carga mínima de 150 Kg.</p> <p>DESCRIÇÃO: Maca tipo tesoura/ colher, confeccionada em tubos e placas de alumínio; a base em chapa de alumínio com formato arredondado e acabamento nas extremidades; com sistema de engate/desengate rápido que permite a separação longitudinal em duas partes que podem ser colocadas por baixo da vítima sem a necessidade de movimentá-la e após, unir as partes novamente, formando um único conjunto; o sistema de engate/desengate deve ser resistente, seguro e estável durante o transporte da vítima; com no mínimo dois cintos de segurança com sistema de engate rápido e removíveis para limpeza;</p> <p>MEDIDAS APROXIMADAS: 2,0 m (comprimento) x 0,4 m (largura).</p> <p>ACONDICIONAMENTO: original de fábrica com identificação e quantidade do material.</p> <p>GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do recebimento definitivo.</p> | Unid | 1 | 12 | R\$:2.448,67 | R\$:29.384,04 |
| 37 | <p>MANTA TÉRMICA ALUMINIZADA resgate 2,10 x 1,40. cobertor térmico de emergência confeccionado em polietileno aluminizado, destinado a manter a vítima aquecida.</p> <p>características: não deformável, isolante térmico de baixo peso, resistente ao atrito como solo, mantém o calor interno e reflete o calor externo, tamanho de aproximadamente 2,10x1,40cm.</p> | Unid. | 1 | 360 | R\$:29,33 | R\$:10.558,80 |
| 38 | <p>PAPEL PARA DESFIBRILADOR, dimensões 48mm x 30m, termossensível, com dados de identificação do produto e do fabricante, nº do lote, data de fabricação e data de validade. Registro na ANVISA.</p> | Rolo | 1 | 36 | R\$:111,31 | R\$:4.007,16 |

| | | | | | | |
|----|--|---------|---|-----|------------|--------------|
| 39 | PASTA MEDICAÇÃO , confeccionada em nylon rip stop, impermeável, abertura total, fecho através de zíper resistente. Internamente: com divisórias de elástico resistente, com capacidade de armazenamento de no mínimo 100 ampolas de medicamentos de tamanhos diferentes, com 02 bolsas transparentes com fixador em velcro, lavável, excelente acabamento, medindo aproximadamente 35 cm (comprimento) x 25 cm (largura) x 7 cm (profundidade), na cor preta. Com bordado eletrônico da logomarca do SAMU 192. | Unid. | 1 | 10 | R\$:256,75 | 2.567,50 |
| 40 | PILHA - TIPO ALCALINA, TAMANHO C, VOLTAGEM 1,5V. EMBALAGEM COM 2 UNIDADES. DENTRO DOS PADRÕES ESTABELECIDOS PELA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 401, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2008 E SER CERTIFICADA PELO INMETRO OU INSTITUTO POR ELE CREDENCIADO. | Unidade | 1 | 100 | R\$:16,60 | R\$:1.660,00 |

| | | | | | | |
|----|---|---------|---|-----|-----------|--------------|
| 41 | <p>PILHA RECARREGÁVEL NIMH 1,2 V TAMANHO “AA” (PEQUENA) CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: - DEVERÃO POSSUIR TENSÃO NOMINAL DE 1,2V; - DEVERÃO POSSUIR CAPACIDADE MÍNIMA DE 2500 MAH; - DEVERÃO POSSUIR VIDA ÚTIL SUPERIOR A 1000 CICLOS DE CARGA; - DEVERÃO SER DO TAMANHO AA - DE ACORDO COM A DENOMINAÇÃO ABNT/ IEC: KR6. - DEVERÃO ATENDER OS CRITÉRIOS E AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PREVISTA NAS NORMAS VIGENTES; LEI 12.305/2010, IN IBAMA Nº 06/2013 E RESOLUÇÃO CONAMA 401/2008. - A VALIDADE DAS PILHAS RECARREGÁVEIS DEVERÁ SER DE, NO MÍNIMO, 24 (VINTE E QUATRO) MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO MATERIAL. - AS PILHAS RECARREGÁVEIS DEVERÃO CONTER EM SUA EMBALAGEM AS SEGUINTESS INFORMAÇÕES: TEXTO EM PORTUGUÊSDADOS DO FABRICANTE/ IMPORTADOR/ DISTRIBUIDOR; ORIGEM DO PRODUTO; TIPO DE PILHA (AA); COMPOSIÇÃO DO PRODUTO; VALIDADE DO PRODUTO; SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS O USO. - DEVERÁ POSSUIR CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS SIMILARES OU SUPERIORES ÀS MARCAS: DURACELL, PANASONIC OU SONY. AS MARCAS ENUMERADAS SERVEM APENAS COMO REFERÊNCIA PARA AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS.</p> | Unidade | 1 | 100 | R\$:45,02 | R\$:4.502,00 |
|----|---|---------|---|-----|-----------|--------------|

| | | | | | | |
|----|--|---------|---|-----|------------|---------------|
| 42 | PILHA RECARREGÁVEL NIMH 1,2 V TAMANHO “AAA” (PALITO) CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: - DEVERÃO POSSUIR TENSÃO NOMINAL DE 1,2V; - DEVERÃO POSSUIR CAPACIDADE MÍNIMA DE 900 MAH; - DEVERÃO POSSUIR VIDA ÚTIL SUPERIOR A 1000 CICLOS DE CARGA; - DEVERÃO SER DO TAMANHO AAA - DE ACORDO COM A DENOMINAÇÃO ABNT/ IEC: KR6. - DEVERÃO ATENDER OS CRITÉRIOS E AS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PREVISTA NAS NORMAS VIGENTES; LEI 12.305/2010, IN IBAMA Nº 06/2013 E RESOLUÇÃO CONAMA 401/2008. - A VALIDADE DAS PILHAS RECARREGÁVEIS DEVERÁ SER DE, NO MÍNIMO, 24 (VINTE E QUATRO) MESES, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA DO MATERIAL. - AS PILHAS RECARREGÁVEIS DEVERÃO CONTER EM SUA EMBALAGEM AS SEGUINTESS INFORMAÇÕES: TEXTO EM PORTUGUÊSDADOS DO FABRICANTE/ IMPORTADOR/ DISTRIBUIDOR; ORIGEM DO PRODUTO; TIPO DE PILHA (AA); COMPOSIÇÃO DO PRODUTO; VALIDADE DO PRODUTO; SÍMBOLO ORIENTANDO DESTINAÇÃO APÓS O USO. - DEVERÁ POSSUIR CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS SIMILARES OU SUPERIORES ÀS MARCAS: DURACELL, PANASONIC OU SONY. AS MARCAS ENUMERADAS SERVEM APENAS COMO REFERÊNCIA PARA AS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS. | Unidade | 1 | 100 | R\$:38,96 | R\$:3.896,00 |
| 43 | PINÇA MAGIL 15 cm , confeccionada em aço inoxidável AISI420. | Unid | 1 | 6 | R\$:76,60 | R\$:459,60 |
| 44 | PINÇA MAGIL 25 cm , confeccionada em aço inoxidável AISI420. | Unid | 1 | 6 | R\$:80,83 | R\$:484,98 |
| 45 | Prancha longa de polietileno , pesando aproximadamente 7kg, com capacidade para aproximadamente 160kg, comprimento 1800mm, largura 450mm, tolerância de ± 10mm, espessura média de 60 mm, tolerância ± 10mm, na cor amarela. | Unid. | 1 | 30 | R\$:780,33 | R\$:23.409,90 |
| 46 | PROTETOR AURICULAR TIPO PLUG , com três flanges, de silicone farmacêutico, com cordão de algodão antialérgico, atóxico e lavável, com certificado de aprovação. | Unid. | 1 | 50 | R\$:4,38 | R\$:219,00 |

| | | | | | | |
|----|--|-------|---|-----|-----------|--------------|
| 47 | PULSEIRA DE IDENTIFICAÇÃO TIPO MÃE/FILHO. Pulseira identificação mãe/filho com impressão numérica na superfície, confeccionada em plástico extra-soft, resistente e antialérgico, com pontos para regulagem. Modelo mãe com área para inscrição com dimensões aproximadas de 2,5 x 6,2cm. Modelo filho com área para inscrição com dimensões aproximadas de 1,8x3,4cm. Ambas devem permitir o uso durante a realização de exames. Deve possuir bordas laterais delicadas que não agridem a pele. Apresentação em conjunto de duas pulseiras destacáveis. Produto não estéril. Embalagem com os dados de identificação do produto, composição, número, registro na ANVISA. | Unid. | 1 | 200 | R\$:2,51 | R\$:502,00 |
| 48 | RESPIRADOR PURIFICADOR DE AR TIPO PEÇA SEMIFACIAL, confeccionado em elastômero, com borda interna e dois conectores para fixação dos filtros. Nas laterais do corpo da peça devem estar localizadas duas aberturas, uma de cada lado, nas quais são encaixados dois suportes plásticos, dotados, cada um deles, de uma válvula de inalação em sua parte traseira e de uma rosca externa em sua parte dianteira, onde são rosqueados os filtros químicos. A peça facial possui uma abertura localizada em sua parte central, na qual é fixado um dispositivo plástico, dotado, internamente, de uma válvula de exalação e de uma tampa de mesma cor, com encaixe tipo pressão. Nas laterais do corpo da peça estão localizadas quatro alças, duas superiores e duas inferiores, feitas do mesmo material que constitui a peça, onde estão fixadas quatro presilhas plásticas com regulagem, através das quais passam as pontas de dois tirantes elásticos. O equipamento deve atender a norma ABNT NBR 13694 e possuir CA. Cada respirador deverá vir acompanhado de 3 pares de cartuchos (filtro) contra vapores orgânicos e ácidos , com certificado de aprovação (CA). | Unid. | 1 | 20 | R\$:91,08 | R\$:1.821,60 |

| | | | | | | |
|----|--|-------|---|----|-----------|--------------|
| 49 | Tala moldável em E.V.A tam M - tala aramada "M" para imobilização, moldável revestida de material antialérgico, cobertas com espuma macia tipo EVA (etil vinil acetato) especial, com espessura de 4mm - colorido para identificar o seu tamanho, confeccionada em tela aramada com espessura de 3 mm e transversais com 2 mm, maleável, galvanizada, podendo ser lavada e reutilizada. Espessura da tala: 8mm, pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze; tamanho m - 63 x 9cm. Garantia de 30 dias contra defeitos e/ou vícios de fabricação. | Unid. | 1 | 50 | R\$:26,71 | R\$:1.335,00 |
| 50 | TALA MOLDÁVEL EM E.V.A. Tam EGG - tala aramada para imobilização, moldável revestida de material antialérgico, cobertas com espuma macia tipo E.V.A. (etil vinil acetato) especial, com espessura de 4mm - colorido para identificar o seu tamanho, confeccionada em tela aramada com espessura de 3 mm e transversais com 2 mm, maleável, galvanizada, podendo ser lavada e reutilizada. Espessura da tala: 8mm, pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze; tamanho EGG - 120 x 12cm. Garantia de 30 dias contra defeitos e/ou vícios de fabricação. | Unid. | 1 | 50 | R\$:25,59 | R\$:1.279,50 |
| 51 | TALA MOLDÁVEL EM E.V.A. tam G - tala aramada "G" para imobilização, moldável revestida de material antialérgico, cobertas com espuma macia tipo EVA (etil vinil acetato) especial, com espessura de 4mm - colorido para identificar o seu tamanho, confeccionada em tela aramada com espessura de 3 mm e transversais com 2 mm, maleável, galvanizada. Podendo ser lavada e reutilizada. Espessura da tala: 8mm, pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze; tamanho G - 86,5 x 10,0cm. Garantia de 30 dias contra defeitos e/ou vícios de fabricação. | Unid. | 1 | 50 | R\$:23,47 | R\$:1.173,50 |

| | | | | | | |
|----|--|-------|---|----|-----------|--------------|
| 52 | TALA MOLDÁVEL EM E.V.A. TAM P Tala aramada "P" para imobilização, moldável revestida de material antialérgico, cobertas com espuma macia tipo EVA (etil vinil acetato) especial, com espessura de 4mm - colorido para identificar o seu tamanho, confeccionada em tela aramada com espessura de 3 mm e transversais com 2 mm, maleável, galvanizada, podendo ser lavada e reutilizada. Espessura da tala: 8mm, pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze; tamanho P - 53 x 8cm. Garantia de 30 dias contra defeitos e/ou vícios de fabricação. | Unid. | 1 | 50 | R\$:27,63 | R\$:1.381,50 |
| 53 | TALA MOLDÁVEL EM E.V.A. TAM PP Tala aramada "PP" para imobilização, moldável revestida de material antialérgico, cobertas com espuma macia tipo EVA (etil vinil acetato) especial, com espessura de 4mm - colorido para identificar o seu tamanho, confeccionada em tela aramada com espessura de 3 mm e transversais com 2 mm, maleável, galvanizada, podendo ser lavada e reutilizada. espessura da tala: 8mm, pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze; tamanho PP - 30 x 8cm. garantia de 30 dias contra defeitos e/ou vícios de fabricação. | Unid. | 1 | 50 | R\$:25,55 | R\$:1.277,50 |
| 54 | Tala moldável em E.V.A. TAM. GG - tala aramada "GG" para imobilização, moldável revestida de material antialérgico, cobertas com espuma macia tipo EVA (etil vinil acetato) especial, com espessura de 4mm - colorido para identificar o seu tamanho, confeccionada em tela aramada com espessura de 3 mm e transversais com 2 mm, maleável, galvanizada, podendo ser lavada e reutilizada. Espessura da tala: 8mm, pode ser usada com fita crepe, bandagem ou gaze; tamanho GG - 102 x 11,5cm. Garantia de 30 dias contra defeitos e/ou vícios de fabricação. | Unid. | 1 | 50 | R\$:27,41 | R\$:1.370,50 |
| 55 | TESOURA PARA RESGATE PONTA ROMBA , ponta romba grossa, entre 17cm e 20cm, angulo 45 graus; em aço inoxidável de acordo a norma NBR 7153-1. Com registro na ANVISA e atender as NBR 13402; 13851; 13852; 13912; 14175 e 13916. Garantia de 05 anos contra defeitos de fabricação, identificação na peça que permita saber o fabricante. Cabo de cor preta. | Unid | 1 | 50 | R\$:47,66 | R\$:2.383,00 |
| 56 | TESOURA TIPO METZEMBAUM , MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO 18 CM, TIPO PONTA RETA. | Unid | 1 | 15 | R\$:50,04 | R\$:750,60 |

| | | | | | | |
|----|---|---------|---|----|------------|--------------|
| 57 | <p>Tirantes para fixação de vítimas na maca, rígido tamanho adulto, em ambiente pré-hospitalar: conjunto de correias para a fixação da vítima sobre a maca rígida, confeccionado em material tipo nylon de 5 cm de largura, em cores vivas, modelo "aranha". O conjunto deverá possuir um tirante principal (longitudinal) de no mínimo 1,10 m de comprimento e mais 4 tirantes transversais que permitam regulagem na altura, conforme o tamanho ideal para a vítima. Deverá possuir também um sistema de regulagem que permita seu aumento em pelo menos 15 cm. Todo o conjunto deverá possuir costuras resistentes e suportar um esforço de tração de no mínimo 500 kgf. o sistema de fixação dos tirantes transversais deverá ser com velcro da mesma largura do tirante. A parte superior do tirante principal deverá possuir um sistema de fixação em "v" para sustentar a vítima presa a partir de seus ombros e impedir sua movimentação para cima durante esforços de aceleração da viatura. Possuir registro na ANVISA.</p> | Unid. | 1 | 50 | R\$:69,78 | R\$:3.489,00 |
| 58 | <p>VALVULA REDUTORA PRESSAO, UTILIZACAO: CILINDRO, TIPO GAS: OXIGENIO, MATERIAL: LATAO, ACABAMENTO: CROMADO, PRESSAO SAIDA: AJUSTAVEL, ESCALA MANOMETRO: 0 A 11 KGF/CM2, BOTAO: CONTROLE DA PRESSAO DE SAIDA, PADRAO ROSCA: ABNT, FORMA FORNECIMENTO: UNIDADE. Regulador de pressão de oxigênio 3.000 PSI</p> | Unidade | 1 | 5 | R\$:273,67 | R\$:1.368,35 |
| 59 | <p>PINÇA HARTMANN JACARÉ, 9CM. PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL COM EXTRA TRATAMENTO CONTRA OXIDAÇÃO. INSTRUMENTO CIRÚRGICO ARTICULADO NÃO CORTANTE. EM CONFORMIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS DA ABNT NO QUE COUBER. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE.</p> | Unidade | 1 | 5 | R\$:132,38 | R\$:661,90 |

| | | | | | | |
|----|--|---------|---|---|------------|------------|
| 60 | PINÇA HARTMANN JACARÉ, 15CM. PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL COM EXTRA TRATAMENTO CONTRA OXIDAÇÃO. INSTRUMENTO CIRÚRGICO ARTICULADO NÃO CORTANTE. EM CONFORMIDADE COM AS RECOMENDAÇÕES CONTIDAS NAS NORMAS DA ABNT NO QUE COUBER. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E LOTE. | Unidade | 1 | 5 | R\$:158,62 | R\$:793,10 |
| | | | | | | |

Valor total: **R\$:355.939,79**

2.5 - Levantamento de mercado e justificativa da escolha do tipo de solução a contratar. Art. 18, §1º, inciso V

A escolha dos produtos, especificações e suas funcionalidades foram estabelecidas com base nos produtos já utilizados pelo município por meio do último contrato de fornecimento destes produtos. Foram pesquisadas soluções que o mercado tem a oferecer e que seriam capazes de suprir a demanda, juntamente com as vantagens e desvantagens de cada solução, a fim de auxiliar a área demandante a tomar a melhor decisão na escolha da solução a ser contratada com a **opção mais vantajosa** para o município alinhada com o interesse público. Nesse levantamento verificou-se que opção mais vantajosa para a administração pública é o registro de preços.

O registro de preços permite que a instituição aproveite os preços e condições negociados previamente com os fornecedores, o que geralmente resulta em economia de recursos financeiros. Isso é particularmente importante para entidades públicas, que precisam garantir a eficiência na utilização dos recursos disponíveis.

Considerando que com o registro de preços em vigor, o processo de aquisição dos materiais se torna mais ágil e simplificado. Em caso de necessidade, os materiais podem ser adquiridos rapidamente, sem a necessidade de realizar novas licitações ou negociações, o que é crucial para garantir a continuidade das operações do SAMU.

Ao estabelecer um registro de preços para a compra de materiais, o SAMU pode garantir a padronização e a qualidade dos produtos utilizados. Isso contribui para manter a eficácia e a durabilidade dos materiais, bem como para garantir um ambiente seguro e a eficiência dos atendimentos.

O registro de preços é um instrumento transparente que permite o acompanhamento e o controle das despesas relacionadas à compra de materiais. Isso ajuda a garantir a conformidade com os procedimentos e normas internas, bem como a prestação de contas aos órgãos de controle e à sociedade em geral.

A utilização do registro de preços facilita o planejamento orçamentário, uma vez que permite estimar com maior precisão os gastos com a compra de materiais ao longo do período de vigência do registro. Isso ajuda a evitar surpresas orçamentárias e a garantir a sustentabilidade financeira da instituição.

Portanto, o uso do registro de preços para aquisição de produtos específicos do SAMU é uma medida estratégica que contribui para a eficiência operacional, a transparência administrativa e a otimização dos recursos disponíveis.

2.6 - Estimativas do valor da contratação. Art. 18, §1º, inciso VI

Os valores estimados das contratações deverão ser levantados conforme a escolha dos produtos, especificações e suas funcionalidades apresentados no (quadro do Item 2.4) pelo setor de Cotações de Preços do Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Anápolis, obedecendo ao disposto no Art. 23, da Lei nº 14.133/2021 e sempre que possível, os parâmetros empregados de forma combinada ou não do:

- Painel de Preços ou Banco de Preços (PNCP);
- Aquisições e contratações similares de outros entes públicos;
- Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- Pesquisa direta com fornecedores (mínimo 03);
- E, pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

2.7 - Descrição da solução como um todo. Art. 18, §1º, inciso VII

A solução para a aquisição de produtos específicos para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) via registro de preços, conforme a Lei 14.133/21, é um processo sistemático e eficiente que garante a disponibilidade contínua de materiais essenciais para as operações de emergência. Segue a descrição detalhada desta solução:

Planejamento de Necessidades

O primeiro passo é a identificação detalhada e a quantificação dos itens necessários para as operações do SAMU, incluindo:

Materiais de Resgate: Macas, colares cervicais, pranchas rígidas, kits de imobilização, entre outros.

Equipamentos de Proteção Individual (EPIs): Luvas, máscaras, óculos de proteção, aventais, entre outros.

Insumos para Equipamentos: Baterias para desfibriladores, cilindros de oxigênio, soluções desinfetantes, entre outros.

Outros Recursos: Combustível para veículos, materiais de escritório, entre outros.

A estimativa de consumo deve ser baseada em dados históricos e projeções futuras, considerando variações sazonais e eventos especiais que possam impactar a demanda, como grandes festividades e períodos de maior risco.

Orçamento e Aprovação

Com as necessidades claramente definidas, é essencial elaborar um planejamento orçamentário detalhado que inclua o custo estimado dos materiais e uma margem de segurança para emergências. Este orçamento deve ser submetido à administração para revisão e aprovação, garantindo que os recursos financeiros estejam adequadamente alinhados com as necessidades previstas.

Processo de Registro de Preços (Lei 14.133/21)

A Lei 14.133/21, que institui novas normas de licitações e contratos administrativos, estabelece um procedimento de registro de preços que proporciona flexibilidade e eficiência na aquisição de bens e serviços. O processo de registro de preços envolve as seguintes etapas:

a. Elaboração do Edital de Licitação

Termo de Referência: Elaborar um documento detalhando as especificações técnicas dos produtos, quantidades, prazos de entrega e condições contratuais.

Publicação do Edital: Divulgar o edital de licitação em meios oficiais para assegurar ampla participação de fornecedores.

b. Recebimento e Análise das Propostas

Propostas de Fornecedores: Receber e registrar as propostas das empresas interessadas.

Avaliação Técnica e Financeira: Analisar as propostas recebidas com base na conformidade técnica, preço, prazos e condições de pagamento.

c. Registro de Preços

Ata de Registro de Preços: Formalizar uma lista de fornecedores e os preços registrados, válida por um período determinado (geralmente um ano), permitindo compras conforme a demanda ao longo desse período.

Gestão de Estoque e Distribuição

Após o registro de preços, a gestão eficaz do estoque é crucial para garantir a disponibilidade contínua dos materiais. As principais atividades incluem:

Sistema Automatizado de Gestão de Estoque: Implementar um sistema que permita o monitoramento em tempo real das entradas e saídas de materiais.

Pontos de Reposição: Estabelecer pontos mínimos de reposição para iniciar automaticamente novos pedidos, evitando a falta de itens essenciais.

Armazenamento Adequado: Assegurar condições adequadas de armazenamento para manter a integridade dos materiais.

Monitoramento e Avaliação

Para garantir a qualidade e conformidade dos materiais recebidos, é fundamental realizar inspeções regulares e coletar feedback da equipe de campo sobre a funcionalidade e adequação dos itens. Análises periódicas dos padrões de consumo permitem ajustar previsões e estoques de maneira eficaz, assegurando que os materiais estejam sempre disponíveis quando necessários.

Treinamento e Capacitação

Treinar a equipe sobre o uso correto e eficiente dos materiais e EPIs é crucial para garantir a segurança e a eficácia das operações. Capacitar a equipe de armazenamento e logística sobre os procedimentos corretos de manuseio e estoque assegura que todos os materiais sejam tratados de acordo com as melhores práticas.

Gestão de Riscos

Desenvolver planos de contingência para situações de escassez ou aumento súbito da demanda é uma medida preventiva essencial. Estabelecer parcerias estratégicas com fornecedores alternativos garante a continuidade do fornecimento mesmo em situações adversas, minimizando os riscos de interrupção dos serviços.

Inovação e Melhoria Contínua

Investir em pesquisa e desenvolvimento para investigar novos materiais e tecnologias pode melhorar a eficiência e a segurança das operações. Buscar constantemente melhorias nos processos de aquisição e gestão de estoque, e incorporar feedback de todas as partes envolvidas, assegura a inovação e a melhoria contínua do sistema.

Conclusão

A utilização do registro de preços para a aquisição de materiais específicos para o SAMU, conforme a Lei 14.133/21, é uma solução eficaz que proporciona flexibilidade, eficiência e transparência no uso dos recursos públicos. Desde a identificação das necessidades até a gestão contínua de estoques e fornecedores, cada etapa é essencial para assegurar que todos os recursos necessários estejam disponíveis em tempo hábil. Assim, o SAMU pode garantir a eficiência e a eficácia dos serviços prestados, salvando vidas em situações de emergência e proporcionando um atendimento de qualidade à população.

2.8 - Justificativa para o parcelamento ou não da contratação. Art. 18, §1º, inciso VIII

O **parcelamento da contratação** na aquisição de produtos específicos para o SAMU via registro de preços, conforme a Lei 14.133/21, está baseado em vários fatores que visam otimizar a gestão de recursos, garantir a disponibilidade contínua de materiais essenciais e assegurar a eficiência dos serviços prestados. Segue a descrição detalhada desses fatores:

Flexibilidade e Eficiência na Gestão de Recursos

O parcelamento das aquisições permite ao SAMU ajustar as compras de acordo com a demanda real e as condições de mercado ao longo do tempo. **Em vez de realizar uma grande compra única, que pode resultar em desperdício ou em problemas de armazenamento, o parcelamento possibilita a aquisição conforme a necessidade.** Isso garante uma melhor gestão do orçamento e evita a imobilização excessiva de recursos financeiros.

Adequação às Variações Sazonais e Demandas Emergenciais

A demanda por **materiais específicos no SAMU** pode variar significativamente ao longo do ano devido a fatores sazonais, eventos especiais ou situações de emergência. **O parcelamento** permite ajustar as aquisições às necessidades reais do momento, garantindo que os materiais estejam sempre **disponíveis quando necessários, sem excesso ou falta de estoque.**

Armazenamento e Conservação dos Materiais

Materiais de resgate, EPIs e insumos para equipamentos possuem requisitos específicos de armazenamento para manter sua integridade e funcionalidade. **Realizar grandes aquisições de uma só vez pode gerar desafios logísticos e riscos de deterioração dos materiais devido a condições** inadequadas de armazenamento. O parcelamento das compras reduz esses riscos, permitindo um armazenamento mais eficiente e seguro.

Acompanhamento e Avaliação Contínua da Qualidade

Ao parcelar as aquisições, o SAMU pode realizar um acompanhamento mais próximo e uma avaliação contínua da qualidade dos produtos recebidos. Isso facilita a identificação de problemas e a correção de desvios, garantindo que os materiais atendam aos padrões exigidos e que os fornecedores mantenham a qualidade ao longo do contrato.

Mitigação de Riscos Financeiros e Operacionais

O **parcelamento distribui os riscos financeiros e operacionais ao longo do período de contratação.** Em vez de **um único desembolso significativo, as despesas são distribuídas,** o que facilita a gestão financeira e reduz o impacto de eventuais flutuações de mercado ou dificuldades econômicas. Além disso, em caso de problemas com um fornecedor, o impacto é minimizado, pois a dependência não está concentrada em uma única entrega.

Conformidade com a Lei 14.133/21

A Lei 14.133/21, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas, permite e incentiva o parcelamento das contratações quando isso resulta em maior economicidade e eficiência. O parcelamento está alinhado com os princípios de eficiência, economicidade e planejamento, conforme preconizado pela legislação.

O parcelamento da contratação na aquisição de produtos específicos para o SAMU via registro de preços, conforme a Lei 14.133/21, é uma estratégia fundamentada em princípios de boa gestão pública. Ele proporciona flexibilidade, otimiza a gestão de recursos, garante a adequação às demandas reais, facilita o armazenamento adequado, assegura a qualidade dos materiais e mitiga riscos financeiros e operacionais. Dessa forma, o parcelamento contribui para a eficiência e eficácia dos serviços prestados pelo SAMU, garantindo que os recursos estejam disponíveis de maneira contínua e adequada para salvar vidas em situações de emergência.

2.9 - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis. Art. 18, §1º, inciso IX.

Os resultados pretendidos na aquisição de produtos específicos para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, conforme o Artigo 18, Parágrafo 1º, Inciso IX da Lei 14.133/2021, podem ser demonstrados da seguinte forma:

Economicidade

Redução de Custos: O parcelamento da contratação permite uma distribuição mais equilibrada dos gastos ao longo do tempo, evitando sobrecargas financeiras em momentos específicos. Isso contribui para uma melhor gestão financeira e redução dos custos associados a financiamentos ou empréstimos necessários para cobrir despesas pontuais.

Aproveitamento de Oportunidades de Mercado: Ao dividir as aquisições em múltiplas etapas, o SAMU pode aproveitar oportunidades de mercado, como descontos por volume ou promoções sazonais, resultando em economias significativas nos custos de aquisição dos produtos.

Minimização de Desperdícios: O parcelamento das aquisições ajuda a evitar desperdícios, pois permite uma compra mais precisa e alinhada com as demandas reais do SAMU, evitando a aquisição excessiva de materiais que podem expirar ou se tornar obsoletos antes de serem utilizados.

Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos

Otimização do Tempo: Ao distribuir as atividades relacionadas à aquisição ao longo do tempo, os recursos humanos do SAMU podem ser alocados de maneira mais eficiente, permitindo que a equipe se concentre em outras tarefas operacionais importantes, como o atendimento de emergências e a capacitação de profissionais.

Redução da Carga de Trabalho: A divisão das aquisições em etapas menores diminui a carga de trabalho administrativo relacionada ao processo de compras, liberando tempo e recursos para outras atividades essenciais.

Melhor Aproveitamento dos Recursos Materiais

Gestão Eficiente do Estoque: O parcelamento das aquisições contribui para uma gestão mais eficiente do estoque, evitando a superlotação de materiais em determinados períodos e garantindo que os recursos materiais sejam utilizados de forma otimizada ao longo do tempo.

Adequação à Demanda Real: Ao ajustar as aquisições às necessidades reais do SAMU, o parcelamento evita a escassez ou o excesso de materiais, garantindo que os recursos estejam disponíveis quando necessários, sem comprometer a qualidade do atendimento prestado.

Melhor Aproveitamento dos Recursos Financeiros

Redução de Riscos Financeiros: A distribuição dos gastos ao longo do tempo reduz os riscos financeiros associados a variações nas condições econômicas ou a eventos imprevistos que possam impactar o orçamento do SAMU.

Maximização do Poder de Compra: Ao realizar aquisições em etapas menores, o SAMU pode negociar preços mais vantajosos com os fornecedores, aproveitando a concorrência e maximizando seu poder de compra.

Conclusão

O parcelamento da contratação na aquisição de produtos específicos para o SAMU, conforme previsto no Artigo 18, Parágrafo 1º, Inciso IX da Lei 14.133/2021, visa promover a economicidade e o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. Essa estratégia proporciona uma gestão mais eficiente dos recursos humanos, materiais e financeiros, contribuindo para a eficácia e eficiência das operações do SAMU e garantindo que os serviços de atendimento de emergência sejam prestados de forma ágil, segura e eficaz.

2.10 - Providências para a adequação do ambiente do órgão para a celebração do Contrato. Art. 18, §1º, inciso X.

Não será necessária a realização de medidas prévias pela Secretaria Municipal de Obras, Meio Ambiente e Serviços Urbanos de Anápolis para a celebração de contratos dessa natureza, uma vez que a destinação e entrega dos produtos, serão de forma direta e/ou parcelada na Base do SAMU Anápolis.

2.11 - Contratações correlatas e/ou interdependentes. Art. 18, §1º, inciso XI.

A aquisição dos objetos a serem contratados não terá uma relação conjunta com o trabalho das outras unidades do município.

2.12 – Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas de tratamento (mitigações). Art. 18, §1º, inciso XII.

A Lei nº 14.133/2021, também conhecida como a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, apresenta em seu Art. 18, §1º, inciso XII, a necessidade de considerar os impactos ambientais na contratação de bens e serviços pela administração pública. Este cuidado é particularmente relevante na aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs), itens de resgate, pilhas e pinças cirúrgicas para o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU). A seguir estão descritos os possíveis impactos ambientais e as medidas de mitigação aplicáveis a cada um desses itens.

Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)

Impactos Ambientais:

Produção e descarte: A fabricação de EPIs envolve processos industriais que podem resultar em emissões de gases de efeito estufa, consumo de recursos naturais e geração de resíduos. O descarte inadequado de EPIs usados pode levar à contaminação do solo e da água.

Uso de materiais não biodegradáveis: Muitos EPIs são feitos de materiais plásticos que não se decompõem facilmente, contribuindo para a poluição ambiental.

Medidas de Mitigação:

Aquisição de EPIs sustentáveis: Optar por fornecedores que utilizam materiais reciclados ou biodegradáveis e que adotam práticas de produção sustentáveis.

Programas de reciclagem: Implementar programas de coleta e reciclagem de EPIs usados, promovendo a reutilização de materiais e a destinação correta dos resíduos.

Educação e treinamento: Treinar os profissionais para o uso consciente e descarte adequado dos EPIs.

Itens de Resgate

Impactos Ambientais:

Emissões de CO₂: A fabricação e o transporte de itens de resgate podem contribuir para a emissão de gases de efeito estufa.

Descarte de materiais: O descarte inadequado de itens de resgate danificados ou obsoletos pode causar poluição ambiental.

Medidas de Mitigação:

Escolha de fornecedores locais: Reduzir as emissões de CO₂ optando por fornecedores locais, diminuindo a distância de transporte.

Materiais duráveis e recicláveis: Selecionar itens de resgate feitos de materiais duráveis e recicláveis para prolongar sua vida útil e facilitar a reciclagem ao fim do uso.

Gestão de resíduos: Estabelecer processos de gestão de resíduos para o descarte seguro e ambientalmente correto dos itens de resgate.

Pilhas

Impactos Ambientais:

Contaminação do solo e água: O descarte inadequado de pilhas pode liberar metais pesados e substâncias tóxicas no meio ambiente, contaminando o solo e os recursos hídricos.

Recursos naturais: A produção de pilhas requer a extração de metais e minerais, contribuindo para a degradação ambiental.

Medidas de Mitigação:

Uso de pilhas recarregáveis: Promover o uso de pilhas recarregáveis, que têm menor impacto ambiental em comparação com pilhas descartáveis.

Programas de coleta e reciclagem: Implementar programas de coleta seletiva e reciclagem de pilhas usadas para garantir seu descarte correto e a recuperação de materiais valiosos.

Educação ambiental: Sensibilizar os usuários sobre a importância do descarte adequado e do uso de pilhas recarregáveis.

Pinças Cirúrgicas

Impactos Ambientais:

Processos de esterilização: A esterilização e a limpeza de pinças cirúrgicas consomem energia e recursos hídricos, além de gerar resíduos químicos.

Descarte de instrumentos médicos: Pinças cirúrgicas descartáveis podem contribuir para o aumento de resíduos hospitalares.

Medidas de Mitigação:

Uso de pinças reutilizáveis: Priorizar a aquisição de pinças cirúrgicas reutilizáveis, que podem ser esterilizadas e utilizadas múltiplas vezes.

Tecnologias de esterilização eficientes: Adotar tecnologias de esterilização que minimizem o consumo de energia e água, além de reduzir a geração de resíduos químicos.

A consideração dos impactos ambientais na aquisição de equipamentos para o SAMU, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, é essencial para promover a sustentabilidade e minimizar os danos ao meio ambiente. Medidas de mitigação, como a escolha de materiais sustentáveis, programas de reciclagem e educação ambiental, são fundamentais para garantir que a prestação de serviços de emergência seja eficiente e ecologicamente responsável. Por meio dessas práticas, é possível atender às necessidades operacionais do SAMU enquanto se contribui para a preservação do meio ambiente.

2.13 - Declaração conclusiva da contratação para o atendimento a que se destina. Art. 18, §1º, inciso XIII.

Declaro para os devidos fins que o Estudo Técnico Preliminar evidenciou que a melhor solução para o problema é a contratação por meio de Registro de Preço para tais aquisições, sendo desta forma o mais viável sobre a ótica de razoabilidade, eficácia e economicidade da aquisição, conforme demonstrado nos itens 2.7 e 2.9 do presente estudo.

De acordo, considerando a imprescindibilidade dessa contratação para o cumprimento das atribuições institucionais desta Secretaria.

Vanessa Rosa de Oliveira Teixeira Costa

Raquel Moreira Barros Tolentino de Araújo Goulart
Diretora de Atenção em Saúde

Eliane Pereira dos Santos
Secretária Municipal de Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Pereira dos Santos, Secretario(a)**, em 05/05/2025, às 22:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Rosa de Oliveira Teixeira Costa, Coordenador(a)**, em 06/05/2025, às 12:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.anapolis.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1613044** e o código CRC **C39F8C9F**.

01108.00003053/2024-41

1613044v13

Avenida Brasil n. 200 - Bairro CENTRO - CEP 75075-210 - Anápolis - GO , Sede da Prefeitura - -
www.anapolis.go.gov.br

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo nº 01108.00003053/2024-41

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

A Prefeitura Municipal de Anápolis, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD, Av. Profa. Zenaide de Calle Roriz, 1350 - Jundiá, Anápolis - GO, 75110-030, na cidade de Anápolis, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 01.067.479/0001-46, neste ato representado(a) pelo(a) Secretário Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação, nomeado(a) pela Portaria nº 528, de 29 de agosto de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2026, publicada no de/...../2026, processo administrativo n.º 01108.00003053/2024-41, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 52.132, de 20 de agosto de 2025 do Município de anápolis, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual aquisição de itens específicos do SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) e 3º BBM (Batalhão Bombeiro Militar), especificado(s) no item 01 do Termo de Referência, anexo I do Pregão Eletrônico n.º xxxx/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

| Item do TR | Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante] | | | | | |
|------------|---|---------------------------------|----------------------------------|---------|----------------|----------------------------|
| X | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | |

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) Secretaria Municipal de Administração, Gestão de Pessoas e Inovação – SEMAD.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

OU

3.3. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

3.3.1. Secretaria Municipal de ...

3.3.2. Secretaria Municipal de ...

3.3.3. Secretaria Municipal de ...

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos (art. 27, do Decreto Municipal nº 52.132/2025):

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021, observados os dispositivos constantes no Anexo V - Pesquisa de Preços do Decreto Municipal nº 48.980/2023 ou norma que venha a substituí-lo;

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.1.4. possibilidade de adesão prevista no edital.

4.2. É dispensável a realização prévia de pesquisa de mercado para adesão a atas de registro de preços do Município de Anápolis por órgão ou entidade da Administração Pública direta, indireta, autárquica e fundacional do Município de Anápolis, na qualidade de não participante, salvo quando se tratar do disposto no § 4º do art. 10 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes. § 2º do art. 27 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços, § 3º do art. 27 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, nos termos do § 8º do art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

4.11. É vedada a existência simultânea de mais de um registro de preços para o mesmo objeto no mesmo local, condições mercadológicas e de logística, nos termos do § 9º do art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025..

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP e no Diário Oficial do Município, prevalecendo o que ocorrer por último,, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, na forma de termo aditivo, desde que comprovado as condições e o preço vantajoso, conforme § 1 do artigo 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado, nos termos do Art. 12 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços nos termos do parágrafo único do art. 22 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

5.5. A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.6. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

5.7. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.7.1. A convocação para assinar a ata de registro de preços obedecerá a ordem de classificação na licitação correspondente.

5.7.2. Serão registrados os preços e quantitativos ofertados pelo licitante vencedor.

5.7.3. Será incluído, na respectiva ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes condições:

5.7.3.1. o registro a que se refere o item anterior tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata de registro de preços, nas hipóteses previstas no item 5.7.4., nos incisos II, IV e V do art. 18, no inciso III do art. 19, e no art. 24, todos do Decreto Municipal nº 52.132/2025;

5.7.3.2. se houver mais de um licitante na situação de que trata o item 5.7.3, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva; e

5.7.3.3. a habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

5.7.4. A recusa do adjudicatário em assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços, inclusive de engenharia, com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei e no edital da licitação.

5.7.5. A recusa injustificada em assinar a ata de registro de preços, ou cuja justificativa não seja aceita pelo órgão gerenciador, implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para, após garantidos o contraditório e a ampla defesa, eventual aplicação de sanções administrativas.

5.7.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do item 5.7.4, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.7.7. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados pelo órgão gerenciador no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

5.7.8. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata de registro de preços e em seu anexo deverá ser respeitada nas contratações.

5.8. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura válida (física digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços).

5.10. O registro a que se refere o item 5.7.3.1. tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.11. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.12. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.7.3.3. somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.12.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.12.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.13. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.14. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.14.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração, conforme art. 11 do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

5.15. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os

licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.16. Na hipótese de nenhum dos licitantes remanescentes, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.16.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.16.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.17. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Conforme artigos 14, 15 e 16 do Decreto Municipal nº 52.132/2025:

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no inciso IV do § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.4. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas.

6.5. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

6.6. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

6.7. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação, que supostamente impossibilite

o cumprimento das obrigações contidas na ata de registro de preços, e desde que atendidos os seguintes requisitos:

- 6.7.1. a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;
 - 6.7.2. a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;
 - 6.7.3. seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.
- 6.8. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.
- 6.9. Se não houver prova efetiva da desatualização e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das sanções administrativas previstas em lei e no edital.
- 6.10. Na hipótese do cancelamento do registro de preços, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.
- 6.11. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata de registro de preços, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.
- 6.12. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço revisado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de sanções administrativas.
- 6.13. Liberado o fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço revisado.
- 6.14. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata de registro de preços primeiramente no valor ofertado por estes e, caso não haja êxito na negociação, no máximo nas condições prevista no § 4º do Decreto Municipal nº 52.132/2025, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, nos termos do instrumento convocatório.

6.15. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. Conforme artigo 21 do Decreto Municipal nº 52.132/2025:

8.2. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2.1. O remanejamento somente será feito:

8.2.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.3. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.2.4. Se o órgão gerenciador tiver estimado as quantidades que pretende contratar, este será considerado participante para fins do remanejamento.

8.2.5. Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos §§ 2º e 3º do art. 27 do Decreto Municipal 52.132/2025.

8.3. Competirá ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.4. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades do Município de Anápolis e órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Conforme artigos 18, 19 e 20 do Decreto Municipal nº 52.132/2025:

9.2. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

9.2.1. for liberado;

9.2.2. descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

- 9.2.3. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.2.4. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 9.2.5. sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021; ou
- 9.2.6. não aceitar o preço revisado pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- 9.3.1. pelo cancelamento de todos os preços registrados;
- 9.3.2. por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; ou
- 9.3.3. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

9.4. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.5. O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital, conforme Decreto Municipal nº 48.980/2023.

- 10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço conforme inciso X do artigo 5º do Decreto Municipal nº 52.132/2025.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I AO EDITAL.

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)



ANEXO DA ATA
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

| Item do TR | Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante] | | | | | |
|------------|---|---------------------------------|----------------------------------|---------|----------------|----------------------------|
| X | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | |

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

| Item do TR | Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante] | | | | | |
|------------|---|---------------------------------|----------------------------------|---------|----------------|----------------------------|
| X | Especificação | Marca (se exigida no edital) | Modelo (se exigido no edital) | Unidade | Valor Unitário | Prazo garantia ou validade |
| | | | | | | |